

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA-MG

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDERSON MOL JUNIOR

MAURISETE FABIAN

**OS DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO  
CRAS NO ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

CARATINGA-MG

2015

ANDERSON MOL JUNIOR

MAURISETE FABIAN

**OS DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO  
CRAS NO ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

CARATINGA-MG

2015

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA-MG

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDERSON MOL JUNIOR

MAURISETE FABIAN

**OS DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO  
CRAS NO ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL**

Projeto de Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Sônia Gomes de Freitas.

CARATINGA-MG

2015



**Sociedade Presbiteriana de Educação e Pesquisa**

FIC – Faculdades Integradas de Caratinga

Curso: Serviço Social

### **FOLHA DE APROVAÇÃO**

O trabalho de conclusão de curso intitulado: **Os desafios da prática profissional do assistente social no CRAS no enfrentamento às expressões da questão social.**

Elaborado pelos alunos (a):

Anderson Mol Junior

Maurisete Fabian

Foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita ao curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga – FIC, como requisito parcial da obtenção do título de **BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL.**

Caratinga, 15 de dezembro de 2015.

---

Orientador

---

Examinador 1

---

Examinador 2

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, criador e Senhor de todas as coisas, pelo dom da vida e inspiração de todos os momentos, pelas experiências vividas e vitórias alcançadas.

Agradeço à minha mãe Arlete Moreira Menezes, pelo seu apoio, força, compreensão e principalmente, por ter feito com que eu me tornasse um homem de caráter. Amo você minha mãe querida!

Agradeço à Karen, que me supervisionou durante meu período de estágio no CRAS Esplanada. Aprendi muito e você será um dos exemplos em quem eu irei me espelhar na minha carreira profissional.

Agradeço à minha namorada Letícia, que esteve ao meu lado em uma parte destes quatro anos de curso. Obrigado pela sua paciência, compreensão e companheirismo. Você é muito especial para mim. Te amo muito!

Agradeço, à minha querida professora, e orientadora Prof.<sup>a</sup> Sônia Gomes de Freitas, uma mulher guerreira, sábia, e com um amor e carinho inesgotável para com todos nós. Meu muito obrigado pelos seus conhecimentos, conselhos e por ter estado ao meu lado na elaboração deste trabalho. Você será sempre o exemplo que irei seguir em minha trajetória.

Agradeço à minha querida e amável professora e coordenadora Lívia Maria Siqueira Fernandes, obrigado pelos seus ensinamentos, paciência e confiança ao longo do curso. Sempre nos tratou com um enorme carinho, muito mais do que uma relação professor e alunos, mas sim como mãe e filhos. Minha eterna gratidão.

Agradeço à minha querida professora Noêmia de Fátima Lopes, exemplo de ética e determinação, que nos enriqueceu com seus conhecimentos. Muito obrigado e boa sorte em sua nova caminhada.

Agradeço à professora Renata Ribeiro pelo seu vasto conhecimento que nos foi repassado. Foi apenas um período juntos, porém o suficiente para que pudéssemos amadurecer mais em nossa caminhada.

Agradeço aos demais professores que contribuíram para que chegássemos até aqui.

Aos meus colegas de sala, obrigado pelo carinho, companheirismo e amizade. Irei levar cada uma de vocês no coração! E, em especial, agradeço a minha querida amiga Maurisete Fabian, parceira deste trabalho. Uma irmã que ganhei neste curso. Obrigado pela amizade, por todos os momentos de alegria e risadas. Obrigado pela amizade incondicional e por ter apostado neste trabalho. Agradeço a vocês Dalva e Sílvia, que ao lado da Maurisete foram e sempre serão muito mais que colegas de classe, serão irmãs para sempre em meu coração. Vocês também fazem parte desta conquista.

Este curso é diferenciado, não poderia ter escolhido melhor. Nunca irei esquecer estes quatro anos que passei ao lado de vocês. Entrei neste curso com uma “mala vazia”, e estou saindo com ela cheia de conhecimentos e aprendizados que irei levar para a vida toda. Hoje saio uma pessoa muito melhor do que entrei. E tudo isso eu devo a vocês!

Muito obrigado! Vocês ficarão guardados para sempre em meu coração!

Anderson Mol Junior

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente a Deus, pois sem a sua provisão não teria chegado até aqui; em meio aos desafios da vida, Ele me guiou, me deu sabedoria e me ensinou que sem Ele nada sou e sem a sua permissão nada disso seria possível.

Aos meus pais José Aleixo e Elvira Fabian, aos quais devo todo meu esforço ao longo desses anos, grata por estarem desde o início ao meu lado, pelas incansáveis vezes em que me fizeram erguer a cabeça para enfrentar os obstáculos advindos do meu cotidiano. Obrigada por nunca terem me deixado desistir no meio do caminho. Gostaria que vocês soubessem da admiração que tenho por vocês

As minhas filhas Tháisa e Thaís obrigada pelo amor incondicional, confiança e incentivo. O sonho que eu sonhava sozinha passou também a ser sonhado por vocês, de me verem chegando a esta conquista Mesmo estando longe não deixaram de estarem presente em minha caminhada e que a vitória teria sabor de mel. Amo muito vocês!

Aos meus netos Mendeson Vinícios e Gabriell vocês são uma pedra de luz em minha vida, quando o desanimo queria me invadir era em vocês que eu buscava forças para continuar, o sorriso de vocês me fazia enxergar que cada dia o ponto de chegada estava mais próximo.

Aos meus irmãos, cunhados, genros e sobrinhos por estarem sempre ao meu lado nesta caminhada, obrigada pela companhia, incentivo, dedicação e acima de tudo pelo amor que nos envolve.

Agradeço aos meus amigos que fiz durante a faculdade, em especial aos três que foram imprescindíveis para a minha formação: Anderson, Dalva e Silvia, obrigada por terem ficado ao meu lado, vocês me proporcionaram momentos muito felizes, sentirei saudades do chaveirinho, das longas conversas, desabafos e nossas saídas para nos distrair um pouco. Enfim vocês foram essenciais para esse processo, meus eternos irmãos na amizade.

A você Anderson meu sincero agradecimento na parceria do tcc, ao qual tenho muito admiração pelo comprometimento e dedicação na construção deste

trabalho. Você é muito especial pra mim. Você um jovem com sua idéia formada e um coração tão cheio de amor e meiguice, se assim posso te chamar amigo/irmão/confidente.

A minha amiga/irmã Eleny você foi muito especial na minha formação, suas orações foram fundamentais. Sonia Raphael obrigada pelo seu exemplo de profissional que é, você foi a quem mim espelhei na escolha do curso. A você minha Vih (Vitória Xavier) obrigada pela insistência para que eu estudasse. Felipe você contribuiu muito na escolha do curso. Vocês fazem parte desta conquista.

A todos os professores do curso do Serviço Social por nos ter aberto a porta do conhecimento. A você professora Sônia que nos orientou, nos ajudou a construir esse Trabalho de Conclusão de Curso, obrigada pela seus ensinamentos, pelo incentivo dado ao longo desse ano que estivemos juntos e por ter acreditado em nós.

Por fim, agradeço a todas que de uma forma ou de outra fizeram parte desse processo de formação profissional

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.”  
(IAMAMOTO)



## EPÍGRAFE

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

ABPESS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CIB – Comissões Intergestores Bipartites

CIT – Comissões Intergestores Tripartites

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

LA – Liberdade Assistida

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica

ONG'S – Organizações Não Governamentais

PAEFI – Serviço Proteção Especializado à Famílias e Indivíduos

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

PAS - Planos de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão do Jovem

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se configura como uma exigência da obtenção do título de bacharel no curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga. Durante o processo de formação acadêmica mais precisamente por meio da realização do estágio no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde verificamos que a prática profissional tem grandes entraves e desafios para efetivação da política de assistência social e viabilização de direitos. A pesquisa realizada teve como norte os desafios da prática profissional do assistente social no CRAS no enfrentamento às expressões da questão social. Questão Social que, é considerada como base de fundação sócio – histórica do Serviço Social, e também o principal objeto de trabalho do assistente social, onde na atualidade, exige-se do mesmo, um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pense, analise, pesquise e decifre a realidade, para que seu trabalho seja efetivado proporcionando a emancipação dos usuários dos serviços sócio - assistenciais. Primeiramente foi realizado um estudo do processo histórico desde a gênese do serviço social, destacando também as bases de sustentação do Projeto Ético – Político, a Política Nacional de Assistência Social e a categoria questão social, suas implicações e a intervenção do assistente social. Por fim, foi feita uma pesquisa semi-estruturada qualitativa que foi aplicada à dois Assistentes Sociais do CRAS de Tarumirim.

**Palavras – chave:** Serviço Social, Questão Social, Política de Assistência Social.

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO I- O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DA SUA GÊNESE À INTERLOCUÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>15</b>
1.1- O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PROFISSÃO INSERIDA NA DIVISÃO SÓCIO TÉCNICA DO TRABALHO: SUA GÊNESE E SUA HISTÓRIA NO BRASIL.....	15
1.2- O PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: AS BASES DE SUSTENTAÇÃO DO PROJETO ÉTICO – POLÍTICO.....	28
1.3- A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): O SUAS EM QUESTÃO.....	40
<b>CAPITULO II- OS DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL. ....</b>	<b>51</b>
2.1- A CATEGORIA QUESTÃO SOCIAL, SUAS IMPLICAÇÕES E A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	51
2.2- COMPREENDENDO AS PARTICULARIDADES DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS DE TARUMIRIM: ENTRAVES E DESAFIOS NA BUSCA DA EFETIVAÇÃO DE SUA PRÁTICA PROFISSIONAL.....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>79</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado sob o tema “Os desafios da prática profissional do assistente social no CRAS no enfrentamento às expressões da questão social” tem por objetivo analisar e compreender os entraves e desafios que o profissional enfrenta em seu cotidiano para a efetivação da prática profissional.

Trabalho este que resultou da experiência de estágio supervisionado dos alunos referenciados, sendo que todos realizaram o estágio na Política de Assistência Social.

Para tanto, tem-se como metodologia para a realização da presente pesquisa, a pesquisa bibliográfica com livros, teses e publicações acerca do tema estudado, buscando trazer autores que tratam da questão a ser discutida na perspectiva de elucidar a temática.

Foi realizada uma entrevista semi – estruturada de caráter qualitativa no CRAS de Tarumirim/MG. Os sujeitos da entrevista são dois assistentes sociais deste equipamento social.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005), a entrevista semi – estruturada proporciona ao entrevistador uma maior liberdade para direcionar a discussão, além de, proporcionar uma exploração mais ampla sobre determinado assunto.

Com marco teórico do trabalho tem-se as ideias sustentadas pelos autores José Paulo Netto, Maria Lúcia Silva Barroco e Marilda Villela Iamamoto que trazem de forma clara e objetiva a discussão sobre o tema apresentado.

Nesta perspectiva, o primeiro capítulo vem contextualizar o Serviço Social brasileiro: de sua gênese à interlocução com a Política de Assistência Social. Apresenta o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho: sua gênese e sua história no Brasil, o Projeto profissional crítico do Serviço Social: as bases de sustentação do projeto ético – político, A Política de Assistência Social (PNAS): O SUAS em questão.

Já o segundo capítulo traz os desafios da Prática Profissional no enfrentamento da questão social, identificando a categoria Questão Social, suas

implicações e a intervenção do assistente social, trazendo ainda a discussão da entrevista realizada com os assistentes sociais.

## **CAPITULO I – O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DA SUA GÊNESE À INTERLOCUÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

### **1.1- O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho: sua gênese e sua história no Brasil.**

O Serviço Social teve sua gênese no fim do século XIX, tornando-se mais intensa a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. De acordo com Netto (2001), esse processo foi caracterizado por significativos impactos na estrutura societária, decorrentes do recrudescimento das contradições surgidas no sistema. Ao analisarmos o Serviço Social compreendemos que é necessário reavivar sua gênese enquanto profissão, examinando primeiramente o modo de produção capitalista.

Durante a Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, teve início o modo de produção capitalista, tendo como “berço” a Inglaterra, espalhando-se posteriormente para outros países. A principal característica deste sistema é acumular bens e lucros onde os capitalistas eram donos dos meios de produção, porém não possuíam a força de trabalho para produzir. Diante disto, de acordo com Marx (1989), o indivíduo não nascido nas famílias mais abastadas era inserido como proletário, pois o único bem que possuíam em meio a um quadro de acumulação por meio da mais valia eram a própria força de trabalho.

Durante muitos anos, o número de operários era suficiente para as indústrias, mas como consequência da Segunda Revolução Industrial, houve superlotação de pessoas nos centros urbanos, em decorrência disto as cidades não mais comportavam o número crescente destas pessoas que migraram neste período. Iniciou-se então um período de manifestações decorrente da superlotação dos polos industriais e o agravamento da questão social.

Com o modo de produção capitalista se ampliando e consolidando cada vez mais, os agravamentos das expressões da questão social<sup>1</sup> desencadeavam com mais afirmação, onde a classe burguesa tinha que conseguir meios para manter a ordem e a continuidade de seu poder.

---

<sup>1</sup> Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. IAMAMOTO (2007, p. 27).

## Segundo MARTINELLI,

a realidade trazida pelo capitalismo estava posta e imposta: ou o trabalhador se mercantilizava, assumindo a condição de mercadoria útil ao capital, ou se coisificava, assumindo o estado de “coisa pública” – respublica – a que correspondia a perda da cidadania, a “não-cidadania”.<sup>2</sup>

A classe trabalhadora vivia em condições deploráveis e subumanas, morando em péssimas instalações e ambientes com tendência à doenças, o salário era baixo, devido a grande quantidade de pessoas desempregadas, sendo consideradas como o exército industrial de reserva.

Como consequência dos baixos salários, tornava-se praticamente inviável que o trabalhador tivesse condições para investir por exemplo, em educação e cultura. Isso ficava sob incumbência da caridade e da filantropia. Com todas estas questões, surgiu a necessidade da classe operária se unir e se organizar por melhores condições de vida.

Esta situação precisava de uma atenção voltada para as questões de natureza moral, bem como orientação conservadora baseada no neotomismo<sup>3</sup>, onde o mesmo tinha como anseio diminuir os efeitos devastadores do capitalismo, com o propósito de ter como centro o respeito à pessoa humana. É a partir de reflexões como desta teoria, que surgiram as primeiras concepções de Serviço Social.

Além do neotomismo, o positivismo<sup>4</sup> e o funcionalismo<sup>5</sup> também desempenharam influências que atingiram a noção atual de Serviço Social. Todas as três correntes foram responsáveis por impulsionar o setor e dar a ele representações teóricas.

Com o Capitalismo se aprofundando cada vez mais, a atenção é voltada para a questão social e a precária condição de vida da classe trabalhadora, exigindo um posicionamento das classes dominantes, como a Igreja Católica e o Estado. A partir

---

<sup>2</sup> MARTINELLI 2005, p. 57.

<sup>3</sup> Neotomismo fundamenta-se nos princípios de dignidade da pessoa humana, do bem-comum, entre outros, hauridos em Santo Tomás, iluminaram a teoria e prática do assistente social, desde 1936 até 1960, da maneira predominante. (AGUIAR, 1989, p. 39).

<sup>4</sup> Positivismo surgiu na história da filosofia ocidental do sec. XIX e foi cunhado por August Comte para designar uma teoria de conhecimento antigo (Gomide, 1999).

<sup>5</sup> Funcionalismo é um ramo da antropologia e das ciências sociais que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para a sociedade como um todo (dicionário Aurélio).



deste momento, o Estado precisa dar uma atenção à classe trabalhadora no desenvolvimento de sua política.

Os assistentes sociais trabalhavam principalmente nas instituições da Igreja Católica, o que está fortemente ligado às origens da profissão. De acordo com Iamamoto (2011), é possível notar a gênese existente entre o Serviço Social, os interesses da classe trabalhadora assalariada e da burguesia.

Diante disto, IAMAMOTO ressalta que,

a reprodução das relações sociais de produção não se reduz à reprodução dos meios de produção, isto é, da força de trabalho e dos meios de materiais de produção, ainda que os envolva. Segundo Lefebvre (1973), as relações sociais de produção envolvem contradições de classe (Capital e Trabalho) que se amplificam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes). Toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais<sup>6</sup>.

De acordo com Martinelli (2005), foi através da forte argumentação exercida por Richmond que em 1898, na cidade de Nova York, foi organizado o primeiro curso destinado à aprendizagem da ação social ou, como queria Richmond, “à aprendizagem da aplicação científica da filantropia”, que no ano seguinte se tornou a primeira Escola de Filantropia Aplicada, impulsionando a criação da primeira escola europeia em 1899, na cidade de Amsterdã, e logo em seguida a primeira escola alemã, em 1908.

Observou-se o crescimento dos cursos voltados para a formação social na Europa e Estados Unidos, e conseqüentemente, em 1908 é criada a primeira Escola de Serviço Social na Inglaterra, e em Paris nos anos de 1911 e 1913.

Na mesma proporção em que acontecia este crescimento, se agravava a questão social, decorrente da I Guerra Mundial, e o surgimento das escolas não pôde mais ser desassociado do contexto político e histórico. A partir daí, a prática da assistência já não era vista somente como caridade, pois a ela vinculava-se vastos objetivos. Diante desta situação, é organizado por Richmond em 1916 a I Conferência Nacional de Trabalhadores Sociais, onde a profissão é denominada oficialmente como Trabalho Social.

O surgimento do Serviço Social na América Latina vincula-se à fundação da primeira escola, Alejandro Del Río, no Chile, em 1925. De acordo com Castro

---

<sup>6</sup> IAMAMOTO, 2011, p. 49-50.

(2003), pode-se investigar a emergência de um Serviço Social “chileno”, “peruano”, “argentino” etc., com marcado cariz nacional ou, ainda, o aparecimento do Serviço Social “latino – americano”, isto é, o momento em que a profissão se “latino – americaniza”, adquirindo um perfil, um caráter, uma genérica condição latino – americana e um horizonte comum.

Segundo CASTRO,

em 1925 começa a funcionar em Santiago do Chile a primeira escola de Serviço Social... fundada pelo Dr. Alejandro Del Río. O fato de que a primeira escola de Serviço Social da América Latina tenha sido criada por um médico é de fundamental importância. Nesta época, os médicos já sabiam muito bem que poderiam rentabilizar sua tarefa na medida em que se cercassem de uma série de subtécnicos que, sob sua absoluta dependência e direção e dando-lhes estrita conta dos seus afazeres, complementariam a função propriamente médica... Médicos com esta mentalidade... puderam perceber... que contariam com outro componente nesta equipe de subprofissionais...<sup>7</sup>

A década de 20 foi marcada pela emergência de novas classes sociais sob o impulso de relações de produção tendo como base a exploração de força de trabalho assalariada, na ação do prematuro processo de industrialização e na penetração dos capitais norte – americanos como subterfúgio geral de substituição da hegemonia inglesa e de incorporação das economias latino – americanas ao mercado do capital.

De acordo com ANDER EGG,

a evolução do Serviço Social na América Latina se dá em cinco momentos, articulados em três fases. Na primeira, a da Assistência Social, predominariam as concepções beneficente – assistenciais. A segunda fase comportaria, sucessivamente, três momentos, delimitados pelo predomínio das concepções para – médica (e/ou para – jurídica), asséptico – tecnocrática e desenvolvimentista. A terceira fase, denominada Trabalho Social, teria como suporte uma concepção conscientizadora – revolucionária.<sup>8</sup>

CASTRO ressalta que,

no período em que o Serviço Social transita para a sua profissionalização, quando penetra nos centros de ensino superior e se vincula a certas instâncias do Estado – ou ingressa diretamente na Universidade -, duas

---

<sup>7</sup> CASTRO, 2003, p. 30.

<sup>8</sup> ANDER EGG in CASTRO, 2003, p. 42.

encíclicas papais<sup>9</sup> tiveram um papel sumamente importante para enformar o seu desenvolvimento (mesmo que se leve em conta que, junto delas, a ação direta da Igreja e a sua permanente inspiração ideológica responderam pelo perfil e pelo substrato doutrinário da formação dos primeiros centros de formação superior)<sup>10</sup>.

O Serviço Social surgiu a partir dos anos 1930 no Brasil, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização do país. A emergência da profissão encontra-se relacionada à articulação dos poderes dominantes como burguesia industrial, oligarquias cafeeiras, Igreja Católica e Estado Vargasista, à época, com o objetivo de controlar as insatisfações populares e frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no país.

A Igreja Católica possui um papel de destaque devido a influência no serviço social, onde a profissão era exercida pelas damas de caridade, e baseava-se nas ações caritativas realizadas pelas instituições ligadas a religião. Com o apoio do Estado, a burguesia para se manter no poder utiliza do assistencialismo com o objetivo de alienação, na busca de estratégias para um consenso com a classe trabalhadora.

Sendo assim,

[...] a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes- alienação, contradição, antagonismo-, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.<sup>11</sup>

O processo de legitimação da profissão no Brasil acontece em um período que o país vivia um momento de turbulência devido a diversos fatores, podendo mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e problemas derivados da quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Tudo isso motivou grandes impactos econômicos e políticos, e o Brasil sofreu com a queda do preço do café que era seu maior produto de exportação, causando aumento do custo de vida da população e conseqüentemente o aumento da pobreza.

---

<sup>9</sup> Encíclica papal é uma comunicação escrita papal, um documento pontifício, dirigido aos bispos de todo o mundo e, por meio deles, a todos os fiéis. (Disponível em <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Encíclica>).

<sup>10</sup> CASTRO, 2003, p. 51.

<sup>11</sup> MARTINELLI, 2005, p. 62.

O Serviço Social está vinculado com o surgimento da questão social, que ocorre pelas mazelas e desigualdades, direcionado a um viés assistencialista e filantrópico seguindo os princípios da igreja católica. Neste contexto, mantém-se o controle das classes trabalhadoras com implantação das políticas sociais que é uma forma de enfrentamento da questão social e também uma maneira de organizar a classe trabalhadora, controlando a mão-de-obra que é essencial para o capital, IAMAMOTO afirma que,

[...] Com o surgimento do Serviço Social como profissão, está vinculado à emergência da “questão social”, afirma também que os problemas políticos e econômicos que reclamados pela classe trabalhadora no curso da consolidação do capitalismo; portanto a “questão social” está atrelada aos conflitos da relação capital/trabalho.<sup>12</sup>

Entre 1930 a 1937 o país viveu um período de grandes agitações políticas, devido à amplitude e a organização de movimentos políticos. Relativo à mobilização, essa atingiu vários Estados da federação, inclusive a capital da República, além de envolver vários grupos sociais como: operários, classe média, militares, oligarquias e industriais. Quanto à organização, cresce o número de sindicatos, associações e surgem diversos partidos políticos.

Tendo como competência elaborar, implementar e executar políticas sociais, mais especificamente políticas públicas, NETTO sinaliza que “estes profissionais apresentam-se como um executor terminal de políticas sociais, intervindo diretamente com a população usuária”.<sup>13</sup>

Sua função enquanto profissão para a classe burguesa deve seguir na direção de amenizar conflitos, uma vez que, segundo FALEIROS,

se alicerça tanto no processo conservador de manutenção da ordem como no processo renovador [...] de mudança do comportamento em função das normas de higiene social, controle biopsíquico, recuperação dos indivíduos.<sup>14</sup>

No começo de 1940 o Serviço Social avança para o desenvolvimento passando a ter influência norte-americana, permeado pelo caráter conservador da

<sup>12</sup> IAMAMOTO, 2008, p.161-196.

<sup>13</sup> NETTO, 1992 apud IAMAMOTO, 2007 p. 20.

<sup>14</sup> FALEIROS, 2005, p. 13.

teoria positivista e funcionalista, começa a romper com o tradicionalismo da igreja católica, acontece uma ampliação do mercado de trabalho devido o surgimento das políticas sociais, passando a ter uma visão mais ampliada e mais crítica dos problemas sociais, necessitando de maneiras estratégicas, técnicas e qualificada para atender e intervir nas vulnerabilidades das demandas.

É neste período que acontece o desenvolvimento do estudo de Caso, Grupo e Comunidade, que em atendimentos, tem como objetivo a abordagem do cidadão, do usuário, em grupo ou individual. “O serviço social de caso é o processo pelo qual se desenvolve a personalidade, através de ajustamentos realizados conscientemente, indivíduo por indivíduo entre os homens e seu meio”.<sup>15</sup> O serviço social de grupo procurava solucionar os problemas do indivíduo e dos grupos, onde houvesse satisfação de todos.

De acordo com KONOPKA,

o Serviço social de grupo é um método do Serviço Social que auxilia os indivíduos a melhorar-se no seu funcionamento social através de específicas experiências de grupos e a se defrontar mais eficientemente com seus problemas pessoais, do seu grupo e da sua comunidade.<sup>16</sup>

O desenvolvimento de comunidade tinha seu objetivo voltado para a educação, enfatizando que o indivíduo dotado de conhecimento teria meios de lutar por sua emancipação em meio há uma política funcionalista, focalista.

VIEIRA enfatiza que,

[...] cumprir com os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do Homem, inspirando-se sempre, em todos os atos profissionais no bem comum e nos dispositivos de lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.<sup>17</sup>

Na década de 1950 com a modernização do Estado, nas transformações econômicas, as instituições de assistência social passam a ser instrumentos de veículos de políticas sociais voltada para os trabalhadores. A questão social passa a ser tratada como caso de polícia, o governo tinha como objetivo a eliminação da

---

<sup>15</sup>RICHAMOND, 1962, p. 60-83.

<sup>16</sup> KONOPKA, 1986, p. 33.

<sup>17</sup> VIEIRA, 1981, p. 248.

pobreza e mudanças no sistema educacional com o objetivo de estimular grandes setores da economia desde que respeitassem o domínio das classes burguesas.

O Serviço Social passa a ser de grande importância, para solucionar os conflitos das classes, que ainda possui um viés conservador. Ao mesmo tempo em que acontece a industrialização, o mercado se expande sob o comando do capital e do Estado, modificando o cenário da atuação dos assistentes sociais. No mesmo período, começa os questionamentos sobre o tradicionalismo e o conservadorismo que assolam a profissão, ampliando a participação da mulher na sociedade, no mercado de trabalho, na educação superior e na política. Neste período amplia-se o mercado de trabalho para o serviço social, devido o grande crescimento industrial, e também a necessidade de um profissional com conhecimentos teórico-metodológico e técnico.

A partir dos anos de 1960 o Serviço Social avança, na perspectiva do rompimento do conservadorismo que assola a profissão, no entanto RIBAS afirma que:

o Serviço Social tem o grande desafio de superar as práticas conservadoras que imprimam a identidade assistencialista à profissão por muitas décadas”, onde acontecem vários congressos para discutir os interesses da categoria, onde possam atender as reais necessidades enfrentando um tradicionalismo de um governo imperialista.<sup>18</sup>

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, iniciado na década de 1960, representou uma tomada de consciência crítica e política dos assistentes sociais em toda a América Latina, não obstante, no Brasil as condições políticas em que ele ocorreu trouxe elementos muito diversos dos traçados em outros países. O Materialismo Histórico Dialético situa a sociedade determinada historicamente e em constante transformação, dividida em classes sociais distintas: a burguesia, como detentora do capital e de todo o lucro, e a classe trabalhadora ou o proletariado que dispõe da força de trabalho vendida por um ínfimo salário, não garantindo condições dignas de sobrevivência.

De acordo com NETTO,

[...] a reconceituação foi marcada por uma questão elementar: qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento? Para

---

<sup>18</sup> RIBAS, 2009, p. 2.

além dos condicionalismos, que, no mundo, eram próprios dos anos de 1960, entre nós, latino-americanos, esta questão era formulada sob condições muito determinante: a inserção de nossos países na nova divisão internacional do trabalho que então emergia; o colapso, em nossos países, dos pactos políticos que vinham do pós-guerra; o surgimento de novos sujeitos políticos; o impacto da revolução cubana; o anêmico reformismo do tipo Aliança para o Progresso. Neste marco os assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão Social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiram na cena político social.<sup>19</sup>

Assim, como afirma PIANA,

o Serviço Social, no decorrer das últimas décadas, evoluiu no processo de pensar-se a si mesmo e à sociedade, produzindo novas concepções e auto-representações como “técnica social”, “ação social modernizante” e posteriormente “processo político transformador”. Atualmente põe ênfase nas problematizações da cidadania, das políticas sociais em geral e, particularmente, na assistência social.<sup>20</sup>

Em 1965 é criado o Código de Ética, que ainda traz vestígios de um viés conservador, a “filosofia neotomista”, mas busca uma atuação profissional mais moderna com ideias mais democráticas, começa a ter uma visão de uma profissão liberal e seus deveres deixam um pouco de lado seu idealismo religioso. Mesmo não rompendo com uma visão acrítica da sociedade, o código de ética de 1965 aponta a colaboração com os poderes públicos na preservação dos direitos individuais dentro dos princípios democráticos da luta por ordem e justiça social.

Nas últimas três décadas presenciou-se um significativo avanço do Serviço Social brasileiro, de adensamento e renovação teórico – metodológica e ético – política, qualificação da sua produção científica, bem como o fortalecimento de entidades científicas e de representação política. É na década de 1980 que se identifica importante inflexão na interpretação teórica da profissão, com uma análise inaugural do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, particularizando sua inserção na divisão social e técnica do

---

<sup>19</sup> NETTO, 2005, p.9.

<sup>20</sup> PIANA, 2009, p. 96-97.

trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado. Diante disto, IAMAMOTO afirma que,

o Serviço Social não é uma profissão considerada como trabalho desde a sua origem. Essa concepção nasceu a partir da década de 80 onde passa a ser considerado como “[...] uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade.<sup>21</sup>

No começo da década de 60, no ano de 1961 foi realizado o II Congresso Brasileiro de Serviço Social no Rio de Janeiro, onde os profissionais de Serviço Social buscam instrumentos e referências capazes de responder as demandas do momento, em 1965 o encontro de Porto Alegre afirma o primeiro Seminário de teoria do Serviço Social promovido em Araxá-MG no período de 19 e 26 de Março de 1967, que discutia teorização do Serviço Social e os níveis de micro atuação e macro atuação do serviço social.

Este seminário contou com a participação de 38 assistentes sociais, os quais elaboraram um documento, e de acordo com o mesmo, o Serviço Social era concebido como uma prática institucionalizada interventiva que trabalha junto ao indivíduo com desajustamento familiar e social, sob uma perspectiva preventiva, corretiva e promocional. Ele vem situar a profissão no nível de macroatuação, onde o profissional deveria participar de todas as fases de um macroplano, ou seja, fazer a programação, formular metodologias e estratégias de ação, planejar e implementar a política social. Tal proposta traz a afirmativa de que os profissionais de Serviço Social não podem permanecer meros executores das políticas sociais nem, fixar-se nos circuitos tradicionais da ajuda psicossocial.<sup>22</sup>

Ainda neste documento existia uma preocupação no que se referia ao “moderno” e o “tradicional”, sendo que, foi apresentado o Serviço Social tradicional com uma nova roupagem a fim de inseri-lo no processo. Não existem evidências com o rompimento com o tradicionalismo, mas uma captura do tradicional sobre novas bases. O Seminário de Teorização tinha como finalidade romper com a atuação de caso, grupo e comunidade, incorporando novos métodos e processos tais como o de planejamento e administração.

---

<sup>21</sup> IAMAMOTO, 2007, p. 22.

<sup>22</sup> NETTO, 2004.



O Serviço Social passou por uma renovação no período de 1970 com elaborações teóricas à profissão e debate teórico-metodológico, pensando a partir dos espaços de reflexão e crítica dentro das universidades. De acordo com Netto (2004), o elemento constitutivo desta renovação do Serviço Social surgiu em meados da década de 70 com elaborações teóricas à profissão e debate teórico – metodológico, tendo como tom decisivo de legitimação da profissão o II Congresso Brasileiro de Serviço Social realizado no Rio de Janeiro em 1961 que significou a descoberta do desenvolvimento e ingressou a intervenção profissional no Desenvolvimento de Comunidade.

No ano de 1970, foi elaborado por 33 profissionais o documento de Teresópolis, que foi um estudo sobre a metodologia do Serviço Social, no qual pensou-se a prática e sua interlocução com a teoria, ou seja, uma concepção operacional da profissão. Vale ressaltar que neste ano o país vivia o chamado “Milagre Econômico”, tendo como Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici.

Este documento tinha como principal objetivo a afirmativa e consolidação da perspectiva modernizadora, que segundo Netto, não é apenas uma concepção profissional geral, mas, sobretudo uma pauta de intervenção. Quando comparamos o documento de Teresópolis com o de Araxá, podemos observar que existe muito mais que uma continuidade. Em Teresópolis o “moderno” é operacionalizado através de uma instrumentação da programática desenvolvimentista afirmado em Araxá.

Para Netto (2004), o encontro de Teresópolis traz ainda a importância dos métodos profissionais do Serviço Social, sendo os principais, o diagnóstico e a intervenção planejada como alternativas para redimensionar metodologicamente as práticas profissionais do Serviço Social.

Entre os anos de 1972 e 1975, surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais, o Método de BH, criado por um grupo de jovens que exerciam a profissão, defendendo então uma linha de renovação para o Serviço Social. Sua maior característica foi a vinculação com a universidade, tendo em vista que, dava a base teórica para que se rompesse com o tradicionalismo, mas foi interrompida no ano de 1975.

De acordo com Silva (2009), a emergência do projeto de ruptura aconteceu em Belo Horizonte, onde a capital mineira foi raiz de importantes movimentos sindicais e populares. Existia também grande tradição por parte dos estudantes, que teve como

consequência a criação da alternativa de rompimento com o tradicionalismo no plano teórico – metodológico, na concepção, na intervenção e no plano de formação profissional. Estas expectativas acabaram avançando para outros centros universitários como São Paulo, Rio de Janeiro e Campina Grande.

Netto (2004) ressalta que os profissionais alcançaram um patamar palpável na superação do tradicionalismo da profissão já que, não pensavam criticamente as propostas do Serviço Social, mas sim, procuraram pensar criticamente a própria instituição Serviço Social. A intenção de ruptura passou a não ser apenas um vetor do processo de renovação do Serviço Social, evidencia-se um potencial criativo, instigante e produtivo na categoria.

O método de BH, resultante do trabalho dos jovens profissionais tornou-se o traço mais visível do projeto de ruptura.

Tal método,

foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social.<sup>23</sup>

Três anos após o término do Método de BH, mais precisamente em 1978 realizou-se o encontro de Sumaré, no Estado do Rio de Janeiro, e do Alto da Boa Vista em 1984. O encontro de Sumaré registra o deslocamento da perspectiva modernizadora da arena central do debate e da polêmica e a disputa pelo seu espaço e hegemonia com ressonância nos foros de discussão, organização e divulgação da categoria profissional. O encontro tinha como objetivo discutir a construção do objeto do Serviço Social mediante um enfoque dialético que incorpore uma dupla perspectiva: a da ciência e a dos modos de produção das formações sociais e das conjunturas políticas. O Documento de Sumaré envolveu reelaborações por um grande numero de profissionais na busca de fundamentos, de novos, conhecimentos e teorias baseado em uma concepção de homem e de mundo e na formulação de novas metodologias que pudesse instrumentalizar uma ação coerente com um novo posicionamento.

---

<sup>23</sup> NETTO, 2004, p. 276.

Para Netto (2004), os resultados dos dois seminários não obtiveram a repercussão que cercou os dois precedentes. Segundo ele, isto pode ter se dado ao fato de que as expectativas de modernização que emergiam na década de 70 vieram de encontro aos seguimentos dos Encontros de Araxá e de Teresópolis e, os textos colocados para debates nos Encontros de Sumaré e do Alto da Boa Vista se apresentaram defasados em relação às reflexões que se encorpavam nos debates profissionais, aquém da problematização operada no seio do Serviço Social da época.

Em 1979 é realizado o III Congresso Brasileiro de Serviço Social em São Paulo, e como afirma Barroco (2001), é neste período que alguns profissionais do Serviço Social começaram a optar pela participação política e cívica e a recusar a ordem burguesa. Com isso há uma aproximação com o marxismo e com as classes populares.

De acordo com TEIXEIRA e BRAZ,

este congresso virou uma página na história do Serviço Social ao se destituir a mesa de abertura que compunha os nomes oficiais da ditadura, substituindo-a por nomes do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”.<sup>24</sup>

Parafraseando Barroco (2001), a vertente de ruptura com o tradicionalismo da profissão evidencia-se com o Projeto de Formação Profissional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em seguida renomeada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e por último, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 1982 e o Código de Ética Profissional em 1986. Este Código expressou uma concepção ética mecanicista, já que revela o compromisso profissional, mas não estabelece a mediação dos valores próprios à ética. Segundo a autora, o Código está aquém dos avanços teórico – metodológicos e políticos evidenciados na década de 80.

Em meados da década de 80 houve um amadurecimento do debate profissional sobre política social. Segundo Teixeira (2009), é neste período que se afirmam os avanços teóricos do Serviço Social, intensificando a sua organização política, e a reformulação e atualização de seus estatutos legais na Lei de Regulamentação Profissional, criando posteriormente o Código de Ética de 1993.

---

<sup>24</sup> TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p. 12.

Barroco (2001) enfatiza que, o Código de Ética de 1993 remete a construção de um projeto profissional vinculado a um projeto social democrático comprometido com os interesses da classe trabalhadora. O Código ainda traz em seu bojo um aspecto de suma importância para o coletivo profissional e para a população usuária.

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, é identificar o seu sujeito vivo como um trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ( ONG'S ) ou patronais.

## **1.2- O Projeto profissional crítico do Serviço Social: as bases de sustentação do projeto ético – político**

De acordo com Netto (1996), a sociedade, através da teoria social crítica, já demonstrou que a mesma não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica, ou seja, a sociedade não tem objetivos nem finalidades, pois ela apenas dispõe de existência em si. Entretanto, a mesma teoria sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre atuam teleologicamente, o que significa que as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins<sup>25</sup>. A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la.

Os projetos societários são projetos coletivos, porém seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Inscrevem-se no marco dos projetos coletivos aqueles relacionados às profissões, especificamente as que, reguladas juridicamente, supõe

---

<sup>25</sup> Para esclarecer a estrutura teleológica da ação humana e o caráter não teleológico da sociedade, cf. Holzet alii ( 1969 ) e Lukács ( 1997 ).

uma formatação teórica e/ou técnico- interventiva, em geral de nível acadêmico superior.<sup>26</sup>

O debate acerca do projeto ético- político do Serviço Social é, em termos, muito recente, a sua história remonta à transição dos anos 70 aos 80 do século passado, com efeito, foi naqueles anos que a primeira condição para a construção deste novo projeto se viabilizou: A recusa e a crítica ao conservadorismo<sup>27</sup> profissional.<sup>28</sup>

A denúncia do conservadorismo do Serviço Social não surgiu repentinamente. Sendo assim, desde a segunda metade dos anos 70, quando o Movimento de Reconceituação, que fez estremecer o Serviço Social na América Latina, deu seus primeiros passos, aquele conservadorismo já era objeto de problematização. O trânsito dos anos 70 aos 80, porém situou esta problematização em um nível diferente na escala em que coincidiu com a crise da ditadura brasileira, exercida, desde 1º de Abril de 1964, por uma tecnoburocracia civil sob tutela militar a serviço do grande capital<sup>29</sup>. É também, nos espaços da pós – graduação, onde os primeiros frutos se recolhem que no Brasil se inicia, e posteriormente, se consolida a produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social, e com isso, o corpo profissional começou a operar a sua acumulação teórica.

BARROCO ressalta que,

ainda que o ético e político sejam compreendidos como uma unidade, não são sinônimos e seus componentes “tem naturezas ontologicamente distintas” e esta vinculação é reconhecida como um marco na história do Serviço Social brasileiro em virtude da superação do conservadorismo.<sup>30</sup>

A autora ainda afirma que,

---

<sup>26</sup> Sobre o processo de constituição, institucionalização e/ou organização dessas profissões, cf. entre outros, Johnson (1972), Larson (1977), Friedson (1986) e Torstendhal e Burrage, eds. (1990).

<sup>27</sup> O conservadorismo ou conservantismo é um termo usado para descrever posições político-filosóficas, alinhadas com o tradicionalismo e a transformação gradual, que em geral se contrapõem a mudanças abruptas (cuja expressão máxima é o conceito de revolução) de determinado marco econômico e político-institucional ou no sistema de crenças, usos e costumes de uma sociedade. (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Conservadorismo>).

<sup>28</sup> Para uma análise detalhada desta recusa e desta crítica, cf. especialmente Netto (1998: 115-308) e Iamamoto (1992: 17-39).

<sup>29</sup> Um estudo cuidadoso da ditadura é o de Ianni (1981); uma visão panorâmica do processo ditatorial encontra-se em Moreira Alves (1987); uma análise histórico- sistemática está resumida em Netto (1998: 15-112).

<sup>30</sup> BARROCO, 2004, p. 35.

na origem da profissão, no contexto de expansão do capital monopolista, em estreita vinculação com o projeto da Igreja Católica, o Serviço Social construiu um projeto profissional de caráter moralizante e pretensamente apolítico. Contribuindo, através da viabilização de políticas sociais, para a obtenção do consenso, o Serviço Social executava ações de cunho moralizador, voltadas à disciplinarização da força de trabalho para o capital e à colaboração entre as classes. [...] O conservadorismo herdado pela profissão instituiu um ethos defensor de formas de vida e de sociedade fundadas na hierarquia, na ordem, na tradição e na autoridade.<sup>31</sup>[...].

É na transição dos anos 80 aos 90 do século XX que o projeto ético- político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica, onde o mesmo é um processo em contínuo desdobramento. Um exemplo do seu caráter aberto, com a manutenção dos seus eixos fundamentais, pode ser encontrado nas discussões acerca da formação profissional, produzidas com as modificações advindas da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996): as orientações propostas por representantes do corpo profissional (cf. ABEPSS, 1997 E 1998) ratificam a direção da formação nos termos do projeto ético – político.

De acordo com NETTO,

os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam as seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).<sup>32</sup>

Posteriormente à formulação do Código de Ética do Serviço Social, o assistente social assumiu uma postura profissional crítica, com intervenção fundamentada nas dimensões: teórico – metodológico, ético – político e técnico – operativo. O profissional não mais prende sua atividade ao plano burocrático – administrativo, assumindo uma postura crítica investigativa, com capacidade de decifrar as demandas e captar a real necessidade do meio de intervenção.

---

<sup>31</sup> BARROCO, 2010, p. 32.

<sup>32</sup> NETTO, 1999, p. 95.

Referente a isso, GUERRA ressalta que,

ele trás no seu interior determinada forma de conceder as funções do Estado e o papel das políticas sociais, como a mediação necessária para impor limites aos processos de mercantilização da vida social, normatizar as formas de estabelecer relações com os usuários dos serviços e das políticas sociais, de viabilizar direitos, de organizar e mobilizar a participação dos indivíduos, grupos e populações na vida das instituições, no planejamento e nas decisões institucionais, bem como a participação dos sujeitos sociais, comunidades e organizações na reivindicação e defesa dos seus direitos.<sup>33</sup>

O Serviço Social não possui método e teoria próprios, apesar da necessidade urgente de sustentar uma matriz teórico-metodológica, que viabilize uma leitura, de preferência crítica da realidade social e, dessa forma, forneça subsídios e parâmetros para a intervenção.

É importante que se tenha uma distinção entre concepções teórico-metodológicas e as estratégias, técnicas e procedimentos da intervenção profissional. Não se deve atribuir uma estrutura de “metodologia” ao processamento da ação, tendo em vista que, a partir de qualquer referência teórico-metodológica existe a necessidade de se lançar mão de estratégias e procedimentos para a implementação do fazer profissional. Sendo assim, a perspectiva teórico-metodológica não pode ser reduzida a pautas, etapas, procedimentos de fazer profissional.

IAMAMOTO ressalta que,

a questão teórico-metodológica vai além de um esquema de procedimentos operativos, uma vez que diz respeito ao modo de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social. Uma relação entre o sujeito cognoscente – que busca compreender e desvendar essa sociedade – e o objeto investigado.<sup>34</sup>

As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil atualmente em vigência apresentam como pressuposto a adoção da teoria social crítica e do método materialista-histórico-dialético, como orientação teórico-metodológica.

---

<sup>33</sup> GUERRA, 2007, p. 21.

<sup>34</sup> IAMAMOTO, 1994, p. 174.

Frente ao exposto, a ABESS faz a seguinte consideração,

[...] a capacitação teórico-metodológica é que permite uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica.<sup>35</sup>

O consenso é que o método dialético permite ao assistente social apreender na dinâmica social, o processo de construção da demanda em suas singularidades, compreendida na e a partir das determinações universais da realidade, em que a se encontram os espaços sócio - ocupacionais.

É importante frisar que o objeto de intervenção profissional visto exclusivamente do ângulo da singularidade, não ultrapassa as demandas institucionais, tampouco alcançar ações mais ousadas no campo das transformações socioinstitucionais. Faz-se necessário aproximar as singularidades com o plano das determinações universais da realidade, ou seja, a universalidade, que é a legalidade que articula e impulsiona a totalidade social.

De acordo com PONTES,

[...] faz-se necessário apreender que as grandes leis e/ou categorias históricas do ser social podem estar interferindo nesse ou naquele problema social/fenômeno que se está enfrentando. [...] é necessário capturar, no próprio cotidiano [...] a interferência das forças, das leis sociais, percebendo realmente sua concretude visibilidade.<sup>36</sup>

Para a efetivação desse processo no cotidiano profissional, o desenvolvimento da capacidade investigativa do assistente social é essencial<sup>37</sup>. Se a

<sup>35</sup> ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 152.

<sup>36</sup> PONTES, 2002b, p. 46.

<sup>37</sup> A propósito, Iamamoto (2007, p.200) enfatiza a importância de nos diferentes espaços ocupacionais em que o assistente social atua, "impulsionar através de pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho - e correspondentes expressões culturais- dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam. O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento as efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais.[...] Isso requer, também, estratégias técnicas e políticas no campo da comunicação social- no emprego da linguagem escrita, oral e



realidade não se revela em sua imediaticidade a investigação das situações concretas postas no cotidiano, através do método, constitui-se um recurso indispensável para a apreensão das mediações.

Em relação à dimensão ético – política, a mesma nem sempre esteve visível na prática profissional. Tal debate tem início no período de 1979 à 1985, momento que acontece o movimento de Renovação do serviço social na direção da ruptura. O debate tem dois sentidos: negação do caráter “apolítico” e “neutro” e afirmação do compromisso com as classes subalternas, criticando o conservadorismo. Nos primeiros momentos, a discussão sobre a dimensão ético – política provocou alguns equívocos na interpretação, que se refletiram na intervenção.

Logo, o assistente social não pode ser neutro, ela deve se posicionar politicamente diante da realidade, para intervir nela, e assim ter consciência de qual é a direção a ser seguida. Vale mencionar que o conhecimento do código de ética profissional é fundamental para tal atuação.

Podemos considerar que a ética das profissões tem uma íntima relação com a ética social e com os projetos societários. Iamamoto (2004), já chamava a atenção para um desafio intelectual e teórico-crítico – e também político: o de desvendar a prática social como condição para conduzir e realizar a prática profissional, imprimindo-lhe uma direção consciente, tornando-se imprescindível, para isso, o entendimento do sentido ou da natureza política da prática profissional.

Segundo a autora,

a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário. Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade.<sup>38</sup>

Parafraseando Netto (1999), é somente na década passada, que o Projeto Ético - Político, assumindo esta nomenclatura, se constrói com base na defesa da universalidade do acesso a bens e serviços, dos direitos sociais e humanos, das

---

mediática -, para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais para além das demandas instituídas.

<sup>38</sup> IAMAMOTO, 2004, p. 122.

políticas sociais e da democracia, em virtude por um lado da ampliação das funções democráticas do Estado e por outro da pressão de elementos progressistas e emancipatórios.

A dimensão técnico-operativa se refere de uma forma mais precisa aos elementos técnicos e instrumentais para o desenvolvimento da intervenção. Para Trindade (1999), Os instrumentos devem ser vistos como potencializadores do trabalho, que devem ter a sua utilização constantemente aprimorada de forma a que se tornem úteis ao objeto e aos objetivos do trabalho.

O autor ainda ressalta que,

[considera-se] instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento ontológico do processo de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento - qualitativamente diferenciado - ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando o atendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho.<sup>39</sup>

O entendimento acerca da dimensão técnico-operativa está relacionada a um campo do fazer profissional, especialmente relacionado com a prática, mas que vai além de instrumentos aplicáveis de maneira precisa. Sendo assim, o instrumental não porta única e exclusivamente um aspecto técnico, uma vez que demanda uma competência para criar, selecionar e aplicar. Mas também precisa ser considerado em sua dimensão política, uma vez que pressupõe e se vincula a um projeto político que pode ou não ser de superação, sendo primordial o estabelecimento de mediações adequadas no seu manejo.

De acordo com PIRES,

[...] o instrumental técnico não indica esquemas ou modelos rígidos e pré-estabelecidos que se mostram sob uma capa de neutralidade política. Sua utilização demanda obrigatoriamente seleção, adaptação e/ou aprimoramento à luz da perspectiva teórico-metodológica e política do agente profissional, assim como dos determinantes específicos da realidade ou situação particular enfrentada e dos objetivos mediatos e imediatos da ação profissional.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> TRINDADE, 1999, p. 65.

<sup>40</sup> PIRES, 2005, Sem paginação.

Sob a sustentação de autores como Netto (1999) e Barroco (2001), podemos dizer que a competência técnico – operativa tem por objetivo conhecer e apropriar-se do conjunto de habilidades técnicas para atendimento da população usuária e exigências das instituições contratantes( Estado, empresas privadas, ONG e etc.) que conhecedor da realidade social e institucional irá garantir uma boa qualidade do serviço no qual atuará como um mediador de tensões, pois a todo momento lhe é imposto demandas de formas contraditórias, provenientes dos empregadores x trabalhadores.

A Ética ganha destaque nos debates e produções teóricas da profissão a partir dos anos 80. Na base desta discussão, encontra-se o projeto ético-político do Serviço Social e, sobretudo os questionamentos referentes à sua efetivação na prática profissional. Este projeto considerado hegemônico pela categoria deve estar comprometido com valores éticos fundamentais. Sua efetivação no exercício da profissão é uma tarefa árdua, vistos os limites e dificuldades próprias da contemporaneidade, que influenciam direta e indiretamente na profissão.

E este projeto, segundo GUERRA,

crítico e competente que direciona a profissão para a defesa dos direitos dos cidadãos, e para a construção de uma nova sociabilidade. Diante da relevância que a direção que este projeto assume para a profissão e para a classe trabalhadora, a pesquisa busca apreender a contextualização histórica do Projeto ético-político profissional do Serviço Social.<sup>41</sup>

De acordo com Behring e Boschetti (2006), os anos 80 foram submetidos a um entendimento teórico – metodológico para os profissionais do Serviço Social, com a finalidade de assimilar o significado social da profissão em prol de uma maior qualificação do debate crítico, bem como, na expectativa de superar a desigualdade social.

A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadoras da industrialização e urbanização, que trazem, no seu verso, a “questão social”.

Segundo IAMAMOTO,

---

<sup>41</sup> GUERRA, 2007, p. 53.

a luta dos trabalhadores por seus direitos invade a cena política, exigindo do Estado o seu reconhecimento público. O Estado amplia-se, nos termos de Gramsci (1978), e passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social.<sup>42</sup>

O Código de Ética de 86 tinha como paralelo a neutralidade apoiando-se em uma nova proposta com o intuito de romper com a linha conservadora existente nos códigos de 1947, 1965 e 1975, os quais faremos a seguir uma análise retrospectiva dos mesmos.

O Código de 1947 foi o primeiro da profissão, criado antes de sua regulamentação, tinha como uma de suas características a crença no desajuste do indivíduo, o que orientava os profissionais a trabalhar no ajustamento do mesmo ao meio em que vivia. Trazia consigo uma vasta carga moral e forte ligação com a doutrina sócia cristã e apreendia a profissão como vocação divina, um “chamado de Deus<sup>43</sup>”. Um dos deveres do profissional apresentado pelo Código de 1947 é: Respeitar no Beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã.<sup>44</sup>

Em 1965 foi criado o Código de Ética, decorrente do Pós Golpe de 1964, num período de forte represália no país, que afetou claramente a profissão. O Serviço Social nesta época já não era mais uma mera prática humanista, mas sim uma profissão legitimada.<sup>45</sup>

BARROCO afirma que,

os deveres profissionais já não se apresentam como decorrência de um compromisso religioso, mas de uma obrigação formal dada pela legislação à qual a profissão é submetida. Ao explicitar sua concepção de autodeterminação, justiça e bem comum, estabelece os limites para a colaboração com os poderes públicos, chamando a atenção para a cidadania profissional, apontando seus deveres cívicos e o respeito ao pluralismo profissional e social.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> IAMAMOTO, 2014.

<sup>43</sup> SILVA, 2013, p. 39.

<sup>44</sup> CFESS, 2013. Sem paginação.

<sup>45</sup> BARROCO, 2001, p. 126.

<sup>46</sup> BARROCO, 2001, p. 127.

O Código de Ética de 1975 foi aprovado durante a Ditadura Militar, onde houve o reconhecimento do Serviço Social como profissão liberal, onde o foco foi dado à pessoa humana, porém ainda com um legado moral.<sup>47</sup>

No Código de Ética de 1986 podemos observar mudanças significantes no que tange a profissão. Ele vem romper com o neotomismo e o funcionalismo, tendo suas bases no marxismo para compreender o mundo, onde é proposto eticamente o compromisso com a classe trabalhadora, rompendo assim, com o mito da neutralidade, que era pregado pelo Código de 1975.

Tinha como base dois métodos essenciais, sendo: a negação da base tradicionalista e conservadora e afirmação do novo perfil profissional técnico – operativo; ético – político buscando à efetividade da sociedade. Bravo (2009), afirma que, “esse Código de Ética, ao focar a profissão e sua intervenção na realidade brasileira, prioriza os aspectos político – ideológicos ao defender a prática do Serviço Social comprometida com as classes trabalhadoras”.

SILVA ressalta que,

o Código de Ética de 1986 buscou superar uma visão metafísica e idealista do real. Ao negar os conceitos tomados de forma abstrata e a histórica, o código indicou uma necessidade: a de objetivar os sujeitos históricos para apreender suas necessidades concretas.<sup>48</sup>

O mesmo Código apregoa que,

mesmo fazendo uma opção clara por uma prática vinculada aos interesses das classes subalternas, o Código de 1986 ainda expressou uma concepção ética mecanicista, já que revela o compromisso profissional, mas não estabelece a mediação dos valores próprios à ética. O Código está aquém dos avanços teóricos – metodológicos e políticos evidenciados na década de 80. A reflexão teórica marxista forneceu as bases para a compreensão crítica da profissão e sua dimensão imorais.<sup>49</sup>

Ainda sobre o Código de 86, o mesmo trouxe o reconhecimento do processo histórico, apresentando uma nova ética como consequência da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora. Ele vinculou a prática da categoria

---

<sup>47</sup> SILVA, 2013, p. 40.

<sup>48</sup> SILVA, 2013, p. 24.

<sup>49</sup> CFESS – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Aprovado em 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 290/94 e 293/94.

profissional à classe trabalhadora. Tinha em seu contexto a base marxista de compreensão do mundo. Registrou a negação da base conservadora na teorização e na prática da profissão, e estabeleceu a competência teórica, técnica e política do profissional.

De acordo com IAMAMOTO (1998), “as diretrizes norteadoras desse projeto se desdobram no Código de Ética Profissional de 1993<sup>50</sup>, na Lei que regulamenta a profissão de Serviço Social<sup>51</sup> e nas Diretrizes Curriculares”.<sup>52</sup>

O Código de 1993 sinalizou mudanças no Brasil articulando-as com as mudanças da profissão, e a ética tendo como suporte a ontologia do ser social. Em seu contexto podemos observar o resultado da reavaliação do Código de 1986, tendo forte carga de lutas democráticas que desencadearam a Constituinte de 1988 e suas consequências.

Podemos afirmar que este projeto ético- político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social, no Brasil, na década de 90 do século XX. Apesar disso, não podemos afirmar que tal projeto esteja consumado ou que seja o único existente no corpo profissional. Por uma parte, ainda não se desenvolveram suficientemente as suas possibilidades, como por exemplo, no domínio dos indicativos para a orientação de modalidades de práticas profissionais. Nós não podemos afirmar que o projeto seja o único existente no corpo profissional. Ainda não se desenvolveram de forma suficiente as suas possibilidades, e como se viu anteriormente, a heterogeneidade própria dos corpos profissionais torna favorável, em condições de democracia política, a existência e a concorrência entre projetos diferentes, portanto, neste terreno ainda há muito por fazer-se. Por outra parte, a ruptura com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras, e, como se viu acima, a heterogeneidade própria dos corpos profissionais propicia, em

---

<sup>50</sup> Conforme Iamamoto( 1998 ) O Código de Ética representa a defesa da profissão, do exercício do Serviço Social com qualidade, na perspectiva da defesa dos usuários, dos profissionais, dos espaços de trabalho, em consequência dos direitos. Neles estão contidos valores que expressam a direção social desse Projeto Profissional, vinculado à defesa de um projeto social, significando a construção e efetivação de um Projeto Coletivo, um Projeto Profissional.

<sup>51</sup> Lei 8662/1993- Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e de outras providências.

<sup>52</sup> Conforme Iamamoto( 1998 ) As Diretrizes Curriculares são construídas a partir de três núcleos de fundamentação: núcleo de fundamentos teóricos metodológicos da vida social; núcleo de fundamento da formação sócio – histórico; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional, o que resultou em três eixos temáticos centrais: Questão Social; Serviço Social e Processo de Trabalho; Ética e Estágio.

condições de democracia política, a existência e a concorrência entre projetos diferentes.

Para BARROCO,

o primeiro passo para a construção do projeto hoje considerado hegemônico se dá no contexto da década de 60, “uma parcela minoritária opta pela participação política e cívica; amplia sua consciência social e recusa ideologicamente a ordem burguesa.”<sup>53</sup>

Na segunda metade dos anos 90, com a hegemonia consolidada por este projeto no interior do corpo profissional, dois elementos tiveram contribuição para esta conquista. O primeiro elemento foi o crescente envolvimento de segmentos cada vez maiores do corpo profissional nos fóruns, espaços de discussão e eventos profissionais. Já o segundo elemento consistiu no fato de que as linhas fundamentais deste projeto estavam sintonizadas com tendências significativas do movimento das classes sociais.

A Lei de Regulamentação e o código de ética de 1993 traduzem o sustentáculo jurídico-formal da inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade contemporânea, sob regulamentação do Estado. Caracterizam-se por uma construção de caráter coletivo, heterogêneo e passíveis de mudanças em consonância com as transformações societárias em curso. Tratam-se de trabalhadores que podem exercer com liberdade e autonomia a sua profissão, com ou sem vínculo empregatício, desde que regulamentado pelos organismos fiscalizadores.

NETTO sustenta que,

projeto profissional implica e envolve uma série de componentes distintos que devem ser articulados coerentemente: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas práticas, etc.”<sup>54</sup>

Posteriormente a formulação do Código de Ética do Serviço Social, o assistente social assumiu uma postura profissional crítica, com intervenção

---

<sup>53</sup> BARROCO, 2001, p. 141.

<sup>54</sup> NETTO, 1999, p. 97-8.

fundamentada nas dimensões: teórico – metodológica, ético – política e técnico – operativa. O profissional não mais prende sua atividade ao plano burocrático – administrativo, assumindo uma postura crítica investigativa, com capacidade de decifrar as demandas e captar a real necessidade do meio de intervenção.

Neste sentido, podemos sinalizar como uma referência, a conjuntura em que o Projeto ganhou forma. Devemos ressaltar que ocorreram mudanças para um quadro, onde a conversão deste projeto é vista amplamente problematizada. Paralelamente com o avanço do movimento democrático e popular brasileiro, transformações substantivas marcavam a passagem do sistema capitalista para um novo patamar, e simultaneamente, uma crise social planetária interferia no trânsito dos anos 80 aos 90.

Esta crise teve destaque nos anos 90, principalmente a partir de 1995, quando, de acordo com Netto (2004), os representantes do grande capital passaram a ocupar mais diretamente as instâncias de decisão política, as práticas político – econômicas inspiradas no neoliberalismo e a sua cultura viram-se amplamente disseminadas no conjunto da sociedade.

O principal objetivo do Projeto Ético – Político é a construção de um novo referencial à profissão. A dimensão ético-política trabalha com a contradição histórica da profissão em seu processo de trabalho. A sua inserção na sociedade, sua proposição, posicionamento e atuação se dão através da ética profissional e da proposição política. A dimensão ético-política da profissão não se dá sem uma ética norteadora que dê sentido, clareza e finalidade às suas ações.

Parafraseando Barroco (1997), O projeto societário que historicamente serve de referência ideo-político ao projeto profissional de ruptura se insere no âmbito do ideário socialista e dos movimentos emancipatórios a ele conectados.

### **1.3- A Política de Assistência Social (PNAS): O SUAS em questão**

Quando consideramos as condições políticas e institucionais, nestes anos de LOAS<sup>55</sup> (Lei Orgânica de Assistência Social), podemos constatar uma expressiva capacidade de construção e absorção progressiva de procedimentos técnicos e operacionais homogêneos e paritários em relação à prestação de serviços

---

<sup>55</sup> LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social Nº. 8742, de 07 de dez. de 1993).



socioassistenciais, para o financiamento e para a gestão da política de assistência social, em seus diferentes níveis governamentais: União, Estados e Municípios.

A LOAS tornou-se o divisor de águas no campo da Assistência Social no Brasil, tendo em vista que dispõe sobre as competências das esferas de governo na condução e no financiamento da política, tendo como diretrizes a descentralização político administrativa, a participação popular e a prioridade do Estado. Deste modo é possível afirmar que a LOAS produz impactos consideráveis a partir do momento que vem trazer uma nova matriz para a assistência social brasileira, tornando a mesma visível enquanto política pública e direito a quem dela necessitar.

De acordo com o Nupass (2006), a LOAS criou uma nova matriz para a Política de Assistência Social, pois, ao reafirmar em seu art. 6º que as ações deveriam ser organizadas em um sistema descentralizado e participativo, balizou a perspectiva de romper com a forte tendência de oferta de serviços de forma segmentada e desarticulada, sem definição de referência e contra-referência, gerando superposição e paralelismo<sup>56</sup>.

A Lei nº. 8.742 de 7 de Dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social, define em seu art. 1º que:

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é uma política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade civil, para garantir o atendimento às necessidades básicas.<sup>57</sup>

Um passo subsequente a esta Lei, foi a elaboração da Política de Assistência Social em 1995, sendo que, esta política foi revista e aprimorada em 1998 e por fim em 2004. Posteriormente veio as NOB/97 e NOB/98 (Normas Operacionais Básicas), que disciplinaram o processo de descentralização da Assistência Social nas três esferas de governo, definindo os níveis de gestão e os mecanismos de repasse financeiro. Foram instituídas também as Comissões Intergestores Tripartite (CIT) em nível nacional e, as Comissões Intergestores Bipartites (CIB) em nível estadual, como instâncias de negociação e pactuação, com a finalidade de

---

<sup>56</sup> Estado do que é paralelo. Correspondência entre duas coisas ou situações. (Disponível em [www.dicio.com.br/paralelismo](http://www.dicio.com.br/paralelismo)).

<sup>57</sup> NUPASS, 2006.

assegurar espaços permanentes de interlocução e articulação entre os gestores<sup>58</sup>. Em decorrência destas políticas e da criação do SUAS<sup>59</sup> ( Sistema Único de Assistência Social ).

COUTO, YAZBEK e RAICHELIS ressaltam que,

a PNAS/2004 vai tornar claro as diretrizes para que a assistência social possa se efetivar enquanto um direito do cidadão e de dever do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada através do pacto federativo na qual são detalhadas as atribuições e competências de cada esfera do governo na provisão das ações e atenções socioassistenciais.<sup>60</sup>

Houve uma necessidade que se fizesse um levantamento demográfico, populacional e uma classificação dos municípios de acordo com a população para que a formulação da PNAS pudesse ser realizada. Os municípios foram classificados entre: Pequeno I (até 20.000 habitantes), Pequeno II (de 20.001 a 50.000 habitantes), Médios (de 50.001 a 100.000 habitantes), Grandes (de 100.001 a 900.000 habitantes) e Metrópoles (mais de 900.000 habitantes) para que a partir de então se fizesse a qualificação da população reconhecida em situação de vulnerabilidade e público alvo para o atendimento da Política de Assistência Social<sup>61</sup>.

A PNAS buscou em sua compreensão acrescentar as demandas existentes à responsabilidade do Estado do Estado e, ainda buscou detalhar as atribuições e competências dos três níveis de governo, como já preconizava a LOAS, dando ênfase à importância do uso dos sistemas de monitoramento e avaliação e controle social.

De acordo com a PNAS,

os princípios e diretrizes preconizados vieram para consolidar os preceitos já previstos na LOAS, garantindo que os usuários desta política pudessem ter seus direitos defendidos de acordo com suas necessidades, primando

---

<sup>58</sup> MDS, SNAS, 2005.

<sup>59</sup> SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

<sup>60</sup> COUTO, YAZBEK E RAICHELIS (2010).

<sup>61</sup> MDS, SNAS, 2005.

pelo respeito ao ser humano e de forma principal a defesa de sua dignidade tendo como foco as famílias.<sup>62</sup>

As diretrizes supracitadas vieram reafirmar o Estado como responsável por disponibilizar a população, políticas públicas sociais que garantam a proteção social, voltadas para a garantia dos direitos e ainda, reafirmando o direito da população de exercer o controle social das atividades públicas através dos Conselhos e dos Órgãos Representativos.

De acordo com a PNAS, a Política de Assistência Social tem como objetivo fornecer serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitar, além de contribuir com a inclusão e a igualdade dos usuários e grupos específicos e assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, percebendo que são público alvo desta política.

Sendo assim, a PNAS apregoa que,

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de efetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.<sup>63</sup>

Um ponto importante a ser lembrado é a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais<sup>64</sup> que vem trazer os serviços de proteção social básica, proteção social de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade que veremos logo abaixo:

### **1) Serviço de Proteção Social Básica:**

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

---

<sup>62</sup> MDS, SNAS, 2005.

<sup>63</sup> MDS, SNAS, 2005, p. 33.

<sup>64</sup> Texto da Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009.

- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Todos os serviços da proteção social básica garantem o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios, que são realizados através do acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos conforme vulnerabilidade apresentada. São organizados em rede de modo a inserir o público alvo nas diversas ações ofertadas, sendo executados pelas três instâncias de governo e devem ser articulados dentro do SUAS.<sup>65</sup>

Os serviços de Proteção Social devem ser executados de forma direta no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).<sup>66</sup> Ele executa serviços, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais da Política de Assistência Social em âmbito municipal<sup>67</sup>, atuando com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, tendo em vista a orientação e o convívio sócio – familiar e comunitário.

O trabalho que o CRAS faz com as famílias deve considerar para entendimento, os diferentes arranjos familiares.

Sendo assim são funções básicas das famílias,

prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.<sup>68</sup>

De acordo com a PNAS (2005), o CRAS é responsável pelo desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)<sup>69</sup>, com referência territorializada, que valorize as heterogeneidades, as particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de cultura e que promova o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e também prestar informações e orientações para a

<sup>65</sup> MDS, SNAS, 2005, p. 33.

<sup>66</sup> Centro de Referência de Assistência Social, unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Atua como a principal porta de entrada do SUAS, dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Básica nas áreas de vulnerabilidade social.

<sup>67</sup> MDS, SNAS, 2005, p. 34.

<sup>68</sup> MDS, SNAS, 2005, p. 35.

<sup>69</sup> O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

população, além de articular com a rede de proteção social no local no que se refere aos direitos de cidadania, a vigilância da exclusão social e a ampla divulgação dos indicadores do CRAS.

De acordo com a PNAS,

estes serviços visam aquelas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, mas, que ainda não tiveram seus vínculos familiares rompidos, disponibilizando o PAIF, programas de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza, centros de convivência para idosos, serviços para crianças de 0 a 6 anos, serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens, programas de incentivo ao protagonismo juvenil e centros de informação e de educação para o trabalho, voltado para jovens e adultos.<sup>70</sup>

O PAIF abrange um trabalho social continuado com famílias, com o objetivo de fortalecer a função protetiva das mesmas, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso aos direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida dos usuários.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é realizado por meio de grupos, a partir de percursos e de acordo com ciclos de vida. Tem como finalidade trocar experiências e ampliação das mesmas, com caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos.

Já o Serviço de Proteção Básica para pessoas com deficiência e idosos tem o objetivo de prevenir possíveis agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Busca a garantia de direitos, prevenindo situações de risco, exclusão e abandono.

## **2) Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade:**

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);<sup>71</sup>
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;

---

<sup>70</sup> MDS, SNAS, 2005, p. 35.

<sup>71</sup> O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

**3) Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:**

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades (Abrigo institucional, Casa – lar, Casa de passagem, Residência inclusiva);
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Segundo o Guia de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS),<sup>72</sup>

a Proteção Social Especial (PSE) organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Na organização das ações de PSE é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, assim, o trabalho social especializado.<sup>73</sup>

Os serviços de proteção especial de média complexidade requerem maior estruturação técnico – operacional, com atenção especializada e mais individualizadas, já que, trata-se de um atendimento dirigido a situações de violação de direitos. Dentre os serviços se destacam os de orientação e apoio sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de rua, cuidados no domicílio, serviços de habilitação e

<sup>72</sup> O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

<sup>73</sup> GUIA DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 17-18.

reabilitação de pessoas com deficiência e medidas socioeducativas em meio aberto.<sup>74</sup>

Já os serviços de proteção de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral para as famílias ou indivíduos que se encontram sem referência ou situação de ameaça, necessitando então de ser retirados de seu núcleo familiar e ser atendidos pelo Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas socioeducativas restritivas e privativas<sup>75</sup> e trabalho protegido<sup>76</sup>.

PEREIRA-PEREIRA apregoa que o objetivo da proteção social no âmbito da assistência social é para todos que dela necessitarem,

[...] não deve ser de pressionar as pessoas para que assumam responsabilidades além de suas forças e de sua alçada, mas oferecer-lhe alternativas realistas [...] o Estado tem que se tornar partícipe, notadamente naquilo que só ele tem como prerrogativa, ou monopólio – a garantia de direitos.<sup>77</sup>

Após 10 anos da promulgação da LOAS e das tentativas de organização do sistema, a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Dezembro de 2003 em Brasília, reafirmou como principal deliberação a consolidação do Sistema Descentralizado e Participativo através do SUAS, requisito essencial da LOAS para efetivar a Assistência Social como política pública.<sup>78</sup>

Para o NUPASS,

o SUAS “é um sistema público não – contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira”<sup>79</sup>. E se constitui como “um novo marco de rompimento com o passado”.<sup>80</sup>

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passa a integrar plenamente o escopo da Lei Orgânica de Assistência Social. São importantes mudanças abrangidas

<sup>74</sup> MDS, SNAS, 2005, p. 35.

<sup>75</sup> Semiliberdade, internação provisória e sentenciada. (Disponível em MDS, SNAS, 2005, p. 38).

<sup>76</sup> Idem, ibidem.

<sup>77</sup> PEREIRA-PEREIRA, 2006, p. 40.

<sup>78</sup> NUPASS, 2006.

<sup>79</sup> NUPASS, 2006, p. 83.

<sup>80</sup> PINHEIRO, 2005, citado por NUPASS, 2006, p. 82.

no texto legal que acolhem os aspectos mais relevantes da construção recente do SUAS, ocorrida especialmente nos últimos sete anos, após a aprovação da NOB-SUAS<sup>81</sup> pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

MOTA vem afirmar que,

a descontinuidade e fragmentação são uma das características históricas da Assistência Social no Brasil. Mesmo com a CF/88 e a aprovação da LOAS, que são considerados divisores de águas entre o feitiço da ajuda e a criação de uma política pública, constitutiva de direitos, estas marcas não foram totalmente superadas.<sup>82</sup>

De acordo com a PNAS, o SUAS tem como objetivo regular e organizar os serviços, programas, projetos e benefícios de forma articulada entre os entes federados e ainda, tem como eixos estruturantes, a matricialidade familiar, a descentralização, o financiamento, o controle social, a política dos recursos humanos e os sistemas de informação, monitoramento e avaliação. São organizados tendo como referências a Vigilância Social, a Proteção Social e a Defesa Social e Institucional.

A organização do SUAS tem um fator importante que é a definição dos níveis de gestão para os municípios, sendo gestão inicial, gestão básica e gestão plena. Segundo o NUPASS (2006), O nível de gestão inicial é aquela onde os municípios ainda precisam cumprir exigências para habilitar na gestão básica, mas já recebem recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social<sup>83</sup>. Na gestão básica, o município assume a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu território e, na gestão plena, os municípios são responsáveis pela totalidade das ações, devendo organizar a proteção básica e especial em seu município.

Neste período de consolidação, o SUAS atribuiu responsabilidades, definiu competências, estabeleceu padrões de atendimento, organizou o cofinanciamento e estabeleceu mecanismos para provisão de recursos necessários ao funcionamento das ofertas e proteções da política. A expansão dos equipamentos públicos de assistência social, os CRAS e CREAS, ampliam a presença pública nos territórios mais vulneráveis, consolidando a capacidade de atendimento social para as famílias;

---

<sup>81</sup> Norma Operacional Básica: NOB/RH/SUAS. Dez. 2006.

<sup>82</sup> MOTA, 2008, p. 168.

<sup>83</sup> O Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, tem como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar gestão, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.



são a prova da materialidade e da maturidade da política. A rede de entidades sem fins lucrativos integra esta construção, ampliando seu potencial protetivo e fortalecendo a proteção social. A organização dos serviços por níveis de proteção reconhece tanto a diversidade das situações de vulnerabilidade e risco, como as distintas ofertas e competências a serem previstas. Todos estes avanços são reconhecidos hoje no texto da LOAS consolidada.

Aldaíza Sposati faz a seguinte consideração sobre o SUAS:

a implantação do SUAS exige romper com a fragmentação programática. Exige separar o paralelismo de responsabilidades entre as três esferas de governo. Exige construir referências sobre a totalidade de vulnerabilidades e riscos sociais superando a vertente de análise segregadora em segmentos sociais sem compromisso com a cobertura universal e o alcance da qualidade dos resultados.<sup>84</sup>

Já previsto na LOAS/1993, o SUAS vem sendo construído desde 2005 e, segundo a Política Nacional de Assistência Social ( PNAS/2004 ) e a Norma Operacional Básica ( NOB/SUAS/2005 ), como citei anteriormente, organiza-se em dois tipos de proteção social ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social ( CRAS ) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social ( CREAS ), unidades de responsabilidade dos gestores municipais e que devem ser cofinanciados pelos demais entes federados. Nos CRAS, são ofertados serviços da proteção social básica, voltados à população em situação de risco social, como Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência do Idoso e Crianças e o Projovem Adolescente.

O SUAS também apresenta um fator importante em sua organização que são os Conselhos. Devem integrar os três níveis de governo que são União, Estados e Municípios, sendo realizados através de decretos e exercem um papel de controle social na gestão da Política de Assistência Social.

De acordo com NUPASS,

os Conselhos são, portanto, “estrutura permanente, que funciona cotidianamente, e tem função efetiva na gestão da Política de Assistência Social” e ainda, são formas de participação da sociedade civil que se diferem de outras, como sindicatos, associações, movimentos sociais, tanto na sua concepção, quanto na sua regulação, por serem instâncias permanentes, instituídas por leis.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup>SPOSATI, 2004, p.173.

<sup>85</sup> NUPASS, 2006, p. 99.

Para Gonh (2001), os Conselhos na gestão das políticas públicas são agentes de inovação, pois, ao realizarem uma intervenção entre a sociedade civil e os setores governamentais, estão construindo uma nova esfera de poder e de controle social, contribuindo para o fortalecimento de novos sujeitos políticos.

O SUAS recomenda a criação de Planos de Assistência Social (PAS) nos três níveis de governo. O PAS é uma espécie de instrumento importante para a gestão da Assistência Social, pois torna mais clara e objetiva as ações do governo, bem como, se apresenta como estratégia eficaz para organizar a administração da Política de Assistência Social em âmbito local.

Segundo Couto (2011), após a implantação do SUAS, foi preciso novas formas de regulação e gestão do trabalho, pois houve aumento no número de trabalhadores ao lado de processos continuados de formação e qualificação. Neste sentido a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH/SUAS), que foi instituída em 2006, significou um esforço político considerável de pactuação na busca pelo funcionamento apropriado do SUAS, no que tange os recursos humanos, quando foi definido os mecanismos de profissionalização e publicização, procedimentos para composição de equipes básicas de referencia, bem como definindo diretrizes para a qualificação de recursos humanos e ampliação da capacidade de gestão dos seus operadores, mas o desafio para sua efetivação permanece até os dias atuais.

Podemos afirmar que com a criação do SUAS, a regulamentação da Assistência Social como política pública sinaliza para um avanço de relevância histórica, porém é preciso que mantenha-se a perspectiva crítica, o debate qualificado e o monitoramento do sistema, para que se possa garantir um objetivo, uma direção empenhada com a materialidade do SUAS como espaço de acesso aos direitos sociais para a população.

## **CAPITULO II – Os desafios da Prática Profissional no enfrentamento da questão social.**

### **2.1- A categoria Questão Social, suas implicações e a intervenção do assistente social**

Quando discutimos “Questão Social<sup>86</sup>”, estamos falando do objeto de trabalho do assistente social. A questão social está presente na profissão desde os primórdios, tendo em vista que ao longo dos anos ela vem em novas roupagens, porém o pano de fundo é sempre o mesmo. A questão social adquiriu nova relevância no debate acadêmico nos anos 90, em virtude das mudanças observadas nas relações entre Estado, economia e sociedade.

Vale ressaltar que, desde sua gênese, a questão social é usada como instrumento de alienação, com vistas a manter a exploração e as contradições de classes por meio de tratamentos preventivos, visando a reprodução de um contingente social, que dá sustentabilidade às oscilações do ciclo do capital.

Diante disto IAMAMOTO verifica,

[...] a tendência de naturalizar as múltiplas desigualdades, que condensam as relações sociais desiguais e contraditórias dessa sociedade. Elas têm sido enfrentadas, seja por meio de programas focais de combate à pobreza, seja pela violência dirigida aos pobres, articulando repressão e assistência focalizada. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores. Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no país atualizam a articulação assistência focalizada/repressão, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação<sup>87</sup>.

Nota-se que a partir da segunda metade do século XX, o crescimento do desemprego, o surgimento de novas formas de pobreza, a internacionalização da economia e a crise financeira dos Estados nacionais ganharam destaque no que tange a questão social. Diante disto é possível perceber que a questão social está presente em diversas áreas.

---

<sup>86</sup> Questão Social: O principal conceito de questão social é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade.

<sup>87</sup> IAMAMOTO, 2002, p. 27.

De acordo com Pastorini,

a “questão social” contemporânea nas sociedades capitalistas mantém a característica de ser uma expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações entre classes, e entre estas e o Estado. As relações capital - trabalho, no entanto, não são invariáveis, como tampouco o é a forma de organização do capital e do trabalho: por isso, concordamos com a ideia de que existem novidades nas manifestações da “questão social”, o que é muito diferente de afirmar que a “questão social” é outra, já que isso pressuporia afirmar que a “questão social” anterior foi resolvida e/ou superada<sup>88</sup>.

O exercício da prática profissional não é tão simples como parece. A prática nem sempre vem de acordo com a teoria, pois são muitos os entraves que são encontrados no percurso. São muitas as dificuldades que emergem da sociedade capitalista, e que o profissional se depara no seu cotidiano. Ao ser chamado a implementar e viabilizar os direitos sociais aos cidadãos, vê-se impossibilitado de efetivar as suas ações de maneira eficaz por depender inteiramente de recursos institucionais, condições de trabalho, que estão cada vez mais escassas, para operar as políticas sociais.

De acordo com Guerra (2002), a instrumentalidade do Serviço Social abarca, além dos instrumentos e técnicas (dimensão técnico – operativa), o conhecimento teórico e a direção teleológica (dimensões teórico - metodológica e ético – política).

A atual sociedade está sob um processo de flexibilização e precarização do trabalho, onde podemos observar que as expressões da questão social passam por um momento de adaptação que, ora enfocam o seu enfrentamento no combate à pobreza, ora colocam em foco seu enfrentamento no combate à violência.

Sendo assim, IAMAMOTO apregoa que,

[...] decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa de vida<sup>89</sup>.

O atual momento em que estamos vivendo é marcado por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social, os quais são

<sup>88</sup> PASTORINI, 2004, p. 14-15.

<sup>89</sup> IAMAMOTO, 2007, p. 28.

determinados pela reestruturação produtiva, pela Reforma do Estado, pelas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para outras formas de relação entre o público e privado, fatores estes que atuam fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento, sua implementação e sua funcionalidade. Diante disto, podemos situar neste contexto as mudanças ocorridas no mercado de trabalho do assistente social, aliadas às alternativas históricas do movimento do capitalismo.

O debate de Iamamoto (2000) acerca de como as transformações societárias irá rebater no campo de atuação do Serviço Social, incide no seu mercado de trabalho. Deste modo, a autora acredita que a intervenção do Serviço Social na atualidade enfrenta a necessidade de realizar mudanças, em consequência do resultado das transformações que ocorreram nas relações sociais que peculiarizam o desenvolvimento do capitalismo no país.

A autora supracitada sustenta que, hoje ao inserir o Serviço Social no âmbito das mudanças históricas que alteram as relações de trabalho na sociedade busca situá-lo como trabalho especializado, dentro da divisão social e técnica do trabalho coletivo. Compreendendo que isto acontece, principalmente nos processos de trabalho que tem por objetivo a produção social da vida das classes subalternas em nossa sociedade, sendo assim, a preocupação é afirmar a profissão e as particularidades de sua intervenção em face dos novos contornos da questão social e dos padrões de regulação com que defrontam as políticas sociais na contemporaneidade.

Diante disto IAMAMOTO apregoa que,

os assistentes sociais estão sujeitos, como todos os demais trabalhadores, às mesmas tendências do mercado de trabalho, sendo inócua qualquer iniciativa isolada de cunho corporativista para a defesa do seu trabalho específico. O problema da insegurança do trabalho ou da redução de postos de trabalho não é peculiar ao Assistente Social: o seu enfrentamento exige, ao contrário, ações comuns que fortaleçam a capacidade de articulação e organização mais ampla de coletivos de trabalhadores, contrarrestando a desarticulação política e sindical, amplamente estimulada pelas políticas de cunho neoliberal<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> IAMAMOTO, 2007, p. 118-119.

Outra questão posta pela autora, que seria interessante ressaltar é a refilantropização social<sup>91</sup>, que determina a seletividade e a focalização de ações filantrópicas, por atingir apenas o conjunto de seus empregados. Podemos observar nesse contexto certas modalidades de trabalho para o Serviço Social, destacando como a mais recente, as Organizações Não Governamentais (ONG'S), sendo um espaço amplo e que deve ser melhor definido.

Iamamoto (2000), afirma a preocupação com relação ao mercado de trabalho do Assistente Social, com base na desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais. Esta questão demanda para a profissão uma nova atuação, qual seja, atrelar seus instrumentos de trabalho, ao “discurso de valorização do trabalhador”, deste modo a autora enfatiza que toda essa lógica colocada no mercado de trabalho precisa ser decifrada pela categoria.

Podemos analisar o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil a partir das transformações societárias que trazem mudanças na divisão sócio – técnica do trabalho e nas áreas de intervenção, no contexto de Netto (1996), onde o autor examina alguns rebatimentos dessas transformações no mercado de trabalho dos assistentes sociais e lembra que as reformas promovidas pela política neoliberal tem implicado em grandes perdas dos direitos sociais.

NETTO afirma que,

independente de qualquer avaliação sobre a relevância e a importância das ONG'S na sociedade brasileira (relevância e importância que a mim me parecem significativas e positivas), o que se sabe sobre a esmagadora maioria delas indica que estão muito longe de constituir um canal minimamente expressivo e estável de absorção de profissionais (não só de assistentes sociais) – quando muito oferecem vínculos empregatícios parciais<sup>92</sup>.

Pensar a questão social como objeto de intervenção do Serviço Social é elevar esta discussão à uma reflexão do agir profissional no enfrentamento desta problemática, pois ela se afirma na contradição entre capital e trabalho, inerente do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista.

---

<sup>91</sup> Trata-se, pois, de uma “filantropia do grande capital”, a partir da solidariedade social, parceria da sociedade civil e Estado, produto da privatização dos serviços públicos, estabelecida sob novas bases integradas, do desenvolvimento das forças produtivas.

<sup>92</sup> NETTO, 1996, p. 122.

Vale ressaltar que o trabalho do Assistente Social está profundamente condicionado pelas relações sociais vigentes em nossa sociedade, assim também pelo cenário das transformações e desenvolvimento capitalista, que influenciam intrinsecamente, apresentando, como enfatiza lamamoto (2000), “novas demandas, desafios e competências ao lado de velhas práticas que persistem”.

De acordo com Montaño (2002), os instrumentos centrais de intervenção do Assistente Social estão sendo esvaziados de recursos, logo este profissional tende a ser reduzido e precarizado seu posto de trabalho na órbita estatal, levando a sua absorção para o Terceiro Setor, que não faz de maneira proporcional ao setor estatal, acarretando de fato a redução de emprego para a categoria. A privatização e transferência para o Terceiro Setor das políticas sociais e assistenciais, também contêm a precarização do emprego e da prática do Assistente Social.

Diante disso o autor enfatiza que,

assim, no caso desta profissão (...) e a privatização das respostas às refrações da “questão social” – inserem-se (devem ser assim compreendidos) no conjunto de estratégias neoliberais que, particularmente visam diminuir a responsabilidade social, mediante a intervenção do Estado, no trato à “questão social”, auto – atribuindo esta atividade aos próprios sujeitos portadores de carecimentos<sup>93</sup>.

Frente ao atual momento, com processos de descentralização das políticas sociais públicas com ênfase na sua municipalização, tal momento requer dos Assistentes Sociais como de outros profissionais novas funções e competências, sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como planejamento e gestão, inscritos em equipes multiprofissionais.

Deste modo, é apresentado aos Assistentes Sociais a necessidade de serem técnicos versados em inúmeras questões, como forma de atender ao mercado de trabalho. Para lamamoto, a questão central que se coloca é a necessidade de profissionais capazes de se inserirem nesse mercado, mas também de superá-lo, o que exigiria o abandono de uma postura meramente executiva e a adoção de uma outra, investigativa e analítica, que decifre a realidade concreta e suas possibilidades de intervenção.

---

<sup>93</sup> MONTAÑO, 2002, p. 250.

Não é, e nunca será uma tarefa fácil entender a realidade para a efetivação da prática, pois a mesma é densa, heterogênea, complexa. Diante das limitações históricas da realidade social, não devemos jamais atribuir a profissão um caráter “fatalista” e “messiânico”, ou seja, não podemos cruzar os braços diante dos entraves e nem pensar que faremos uma revolução social enquanto profissionais.

O desenvolvimento da prática profissional dos assistentes sociais abrange todo o processo de organização do arsenal teórico metodológico e técnico instrumental que demarcam a ação profissional. Netto traça um debate sobre a significação da sistematização da prática para a profissão, onde destaca duas alternativas de compreensão da mesma, tomando como base dois modos de entender o Serviço Social.

primeiro (...) como profissão cujo fundamento elementar é um espaço sócio - ocupacional circunscrito pela divisão social do trabalho própria da sociedade burguesa consolidada e madura; segundo, como profissão cujo fundamento elementar é um corpus teórico e metodológico particular e autônomo. Na primeira alternativa, a sistematização (da prática) aparece como uma dupla requisição: de uma parte, é a condição para otimizar a própria intervenção prática, organizando e generalizando a experiência dos assistentes sociais e cristalizando pautas de procedimento profissional, reconhecidas como tais e transmissíveis via formação institucional; de outra, e fundamentalmente, é o passo compulsório para a fundação profissional, viabilizando o “recorte” de um “objeto” em função do qual a elaboração teórica desenvolveria o seu movimento de constituição de um saber específico<sup>94</sup>.

Quando desenvolvemos o fazer profissional, estamos sistematizando um componente que é de grande importância no trabalho do profissional de serviço social, pois o auxilia na identificação dos limites, desafios e possibilidades das demandas sócio - institucionais que lhe são colocadas a partir da dinâmica do ser social. Porém isso não significa apenas a elaboração de dados e informações burocráticas, e muito menos uma perspectiva redentorista do trabalho profissional, mas sim um processo que contribui ativamente para a construção de uma reflexão e postura crítica-investigativa diante da materialização das respostas institucionais e das políticas sociais.

Enquanto profissionais, não devemos ser apenas aptos a lidar com os instrumentos de trabalho, até porque o objetivo a ser alcançado é muito mais importante do que a instrumentalidade. A nossa prática não está fundamentada em

---

<sup>94</sup> NETTO, 1989, p. 150.



manuais de instruções repetitivos e mecânicos, mas na capacidade criativa e sólida de desempenhar as atribuições privativas estabelecidas pela Lei 8662/93 que regulamenta a profissão.

IAMAMOTO ressalta que,

(...) as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho<sup>95</sup>.

O profissional é desafiado a todo instante, portanto é necessário que o mesmo seja cada vez mais ousado, vencer os desafios que lhe são postos, ter coragem de lutar contra qualquer oposição ao progresso nas várias esferas da sociedade, seja integrado e participante de novas formas de sociabilidade e de práticas sociais.

Iamamoto (1998) afirma que, mais do que uma profissão interventiva, executiva, o Serviço Social tem que ser propositivo. Tratar a questão social na atualidade exige que o assistente social compreenda as múltiplas faces e expressões dessa realidade, que tenha capacidade de conhecer, investigar, antecipar, propor e executar possibilidades de enfrentamento dessa questão na perspectiva dos interesses da coletividade, da maioria das populações pobres, oprimidas, excluídas e discriminadas.

É necessário desenvolver o trabalho profissional a partir de valores e princípios ético – políticos humanos que demandam de um perfil de profissional informado e crítico, mas também, um profissional versado no instrumental técnico operativo, capaz de realizar as ações profissionais em diversos níveis.

É imprescindível que a profissão do assistente social tenha uma articulação da prática com a teoria, posto que, existe a necessidade de executar as ações vinculadas a uma reflexão teórica, pois a sistematização da prática do assistente social precisa de uma teoria, no caso marxista que norteie os seus caminhos. Na atualidade, tendo como pano de fundo a precarização, a mercantilização do ensino superior e as exigências do mercado, a tendência que vem marcando o exercício profissional de muitos assistentes sociais é o de considerar a teoria como algo inútil, desnecessário, débil para a materialização das ações interventivas.

---

<sup>95</sup> IAMAMOTO, 2007, p. 21.

Diante disto, COELHO afirma que,

(...) na prática, o fazer profissional não é o fazer profissional que é transmitido durante o processo de formação, para o qual requer o acionamento de recursos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. (COELHO, 2011, p.28) Para muitos profissionais na prática a teoria é outra (...) “não no sentido de reconhecer que uma outra lógica ou racionalidade esteja presente no espaço sócio-ocupacional, mas porque o conhecimento válido é aquele que advém de sua experiência como sujeito singular que anuncia a verdade de um objeto singular<sup>96</sup>.

A sociedade contemporânea é profundamente marcada pela divisão de classes. Isto é fato consumado. De um lado temos a burguesia<sup>97</sup> (capitalistas) que possuem a propriedade privada dos meios de produção e que materializam o processo produtivo por meio da exploração da massa trabalhadora. Do outro lado temos o proletariado<sup>98</sup> (trabalhadores) que dispõe apenas da força de trabalho como meio de sobrevivência. Perante isto, não é de se estranhar que seja favorável para o próprio sistema capitalista a separação entre teoria e prática. Para o capitalismo é de suma importância que as pesquisas investigativas se limitem a aparência, tendo assim, condições para dar continuidade a seus processos de produção e acumulação.

É preciso afirmar que o Serviço Social brasileiro ao se defrontar com as complexas transformações societárias não está desprovido de qualificações, tratando-se de uma profissão que alcançou a maturidade e que vem se construindo em interlocução privilegiada em seus diversos espaços de ação.

## **2.2- Compreendendo as particularidades da intervenção profissional do assistente social no CRAS de Tarumirim: entraves e desafios na busca da efetivação de sua prática profissional.**

Para realização da presente pesquisa, foi realizada uma entrevista semi-estruturada de caráter qualitativo no mês de Novembro do corrente ano, no CRAS

---

<sup>96</sup> COELHO, 2011, p. 27.

<sup>97</sup> BURGUESIA: Burguesia é uma classe social do regime capitalista, onde seus membros são os proprietários do capital, ou seja comerciantes, industriais, proprietários de terras, de imóveis, os possuidores de riquezas e dos meios de produção.

<sup>98</sup> PROLETARIADO: Proletariado é a classe social mais baixa que se formou dentro das sociedades industrializadas, aquela que menos resistência poderia oferecer à pressão exercida pelas demais camadas sociais.

de Tarumirim / MG. Os sujeitos da entrevista foram dois Assistentes Sociais do CRAS supracitado, sendo uma Assistente Social servidora estatutária (efetiva) com tempo de atuação no CRAS de cinco anos e sete meses, e outro contratado através de processo seletivo com experiência de quatro anos e seis meses no CRAS.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005), a entrevista semi-estruturada proporciona ao entrevistador uma maior liberdade para direcionar a discussão além de proporcionar uma exploração mais ampla sobre determinado assunto.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, WEBB sustenta que,

a pesquisa qualitativa é utilizada otimamente para aumentar o entendimento, expandir o conhecimento, esclarecer a utilização, gerar hipóteses, identificar uma gama de comportamentos, explorar/ explicar motivações e atitudes, destacar grupos comportamentais distintos e prover insumos para futuras pesquisas. A pesquisa qualitativa também pode ser usada para estudos exploratórios básicos, desenvolvimento de novo produto, desenvolvimento de criação, estudos diagnósticos e projetos táticos de pesquisa<sup>99</sup>.

O município de Tarumirim está situado no Leste de Minas Gerais. Sua população estimada em 2015 era de 14 672 habitantes, sendo 2.033 na área urbana e 3.188 na área rural. A densidade demográfica é de 14,19 hab/km<sup>2</sup>.

A economia da cidade baseia-se nos comércios e na agropecuária. O município conta com 42 estabelecimentos (sendo que 8 são farmácias) comerciais e 383 propriedades rurais. Os principais prestadores de serviços são: Cemig, Copasa, Sicoob Credicooper, Banco do Brasil, Hospital São Vicente de Paula, Talles Informática, Gráfica Victoria e o Centro de Saúde.

A principal fonte de renda do município é a agropecuária, e os principais produtos são leite e carne bovina. Embora o leite seja o principal responsável pela geração de renda, o município atualmente não conta com nenhum estabelecimento de processamento, laticínio ou fábrica de derivados.

No município de Tarumirim, a gestão da Política de Assistência Social é realizada pela Secretaria de Assistência Social. A porta de entrada para a Política de Assistência Social se faz pelo CRAS onde os atendimentos aos usuários são realizados por Assistentes Sociais. O CRAS é a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção social básica.

---

<sup>99</sup> WEBB, 2005, p. 129.

A Política Nacional de Assistência Social se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial, tendo mais de 5.500 municípios brasileiros como suas referências privilegiadas de análise, pois se trata de uma política pública, onde as intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios.

É previsto na PNAS, na caracterização dos municípios brasileiros a presença de metrópoles, identificadas como cidades com mais de 900 mil habitantes, que embora numericamente sejam contadas em apenas 15 cidades, sua população total corresponde a 20% de toda população brasileira.

De acordo com a tabela de classificação dos municípios por número de habitantes, o município de Tarumirim está classificado como “Município Pequeno I” para os municípios com até 20.000 habitantes.

O CRAS de Tarumirim foi criado em de Maio de 2006, com 2500 famílias referenciadas, atendendo atualmente 997 famílias, sendo 412 na sede e 585 nos distritos.

Na perspectiva de analisar os desafios da prática profissional do assistente social no CRAS no enfrentamento às expressões da questão social, foi perguntado aos profissionais sobre como é o local de trabalho e se o mesmo garante sigilo.

O profissional 01 respondeu que,

o local de trabalho é um prédio amplo, onde o CRAS funciona juntamente com a Secretaria de Assistência Social e Telecentro Comunitário. Conta com uma equipe ampla, com muitos profissionais de nível superior, médio e fundamental. O local garante parcialmente o sigilo, pois os profissionais de nível médio e fundamental tem acesso ao local dos arquivos, que não possuem chaves<sup>100</sup>.

Percebemos que a resposta do profissional 02 foi contraditória, pois o mesmo respondeu que “o local de trabalho é uma sala de acolhimento (privativa), com arquivos e prontuários de acesso permitido apenas aos técnicos da Política de Assistência Social”.

Na perspectiva do dever, para que o usuário tenha sua privacidade resguardada em conformidade com o Código de Ética do Serviço Social, é imprescindível que os profissionais zelem pelo sigilo em todo o processo da prática profissional, ou seja, além da preservação da privacidade nos atendimentos e escutas, também na materialização dos mesmos por meio dos documentos

---

<sup>100</sup> Assistente Social 01 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

elaborados, tais como: relatórios sociais, estudos e pareceres, muitas vezes encaminhados a outras instituições solicitantes, como exemplo recorrente, ao judiciário.

Sendo assim, o CFESS afirma que,

(...) eis que o sigilo também se configura como “direito”, até porque assegurar tal condição na atividade profissional realizada não depende somente do assistente social. Nesta dimensão do “direito”, conseqüentemente, o sigilo deverá ser respeitado por todos os outros que se relacionam com o assistente social na sua atividade profissional, seja qualquer superior hierárquico, empregador, o patrão, enfim, qualquer um que nas relações de poder possa ou pretenda interferir na atividade profissional do assistente social, ou impor regras de conduta incompatíveis com o sigilo profissional. (...) <sup>101</sup>

O espaço sócio- ocupacional dos Assistentes Sociais é permeado por interesses contraditórios, muitas vezes totalmente contrários aos princípios da Política de Assistência Social, fazendo com que as intervenções dos profissionais aos usuários em seu espaço de trabalho sejam afetadas. Percebe-se que não é dado aos profissionais condições adequadas para que os mesmos efetuem suas intervenções, portanto, se o Assistente Social em seu espaço de trabalho não possuir condições mínimas para o trabalho, não será possível efetivar sua prática e fatalmente terá comprometimento de sua instrumentalidade profissional.

Perguntados sobre quais os recursos materiais e humanos utilizados por eles no CRAS, o profissional 01 respondeu que,

utiliza de recursos como questionários socioeducativos, prontuário SUAS, outros materiais voltados ao registro das atividades realizadas, meios de comunicação e de transporte para as visitas domiciliares, auxílio e apoio do trabalho de outros colegas da equipe <sup>102</sup>.

O profissional 02 respondeu que “são computadores com acesso à internet, carro para deslocamento, sala dos técnicos e psicóloga”.

Foi perguntado sobre quais as principais demandas colocadas pela instituição para os assistentes sociais.

O profissional 01 respondeu que,

---

<sup>101</sup> CFESS, 2013, p.2.

<sup>102</sup> Assistente Social 01 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

a instituição coloca como principal demanda o atendimento do maior número de usuários, sem se importar com a qualidade dos serviços prestados, visando dados quantitativos para fins de prestação de contas, de modo a dar visibilidade à gestão<sup>103</sup>.

O profissional 02 respondeu que “são atendimento ao público (acolhimento), benefícios eventuais (cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade, auxílio aluguel social)”.

De acordo com MOTA,

as demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira “teleologia” dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que os determinam<sup>104</sup>.

Observa-se que nos municípios de pequeno porte ainda é muito forte a presença de auxílios emergenciais para pagamentos de exames, consultas, medicamentos e ainda benefícios eventuais de cesta básica. No entanto sabemos que estas intervenções buscam apenas solucionar as demandas de forma imediata, sendo, portanto, necessárias, porém não podem se resumir em si mesmas.

Sobre quais as principais demandas trazidas pelos usuários ao Serviço Social na instituição, o profissional 01 respondeu que “os usuários buscam o Serviço Social para acessar os benefícios eventuais, em especial a cesta básica, ou buscando a solução de conflitos familiares”.

O profissional 02 respondeu “cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade, auxílio aluguel social”.

O usuário quando toma a iniciativa de procurar o equipamento social é porque está em situação de vulnerabilidade, muitas vezes causada pela falta de recursos financeiros, decorrentes de desemprego.

Sobre esta lógica, CASTEL ressalta que,

[...] o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, “inempregáveis”, inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente<sup>105</sup>.

<sup>103</sup> Assistente Social 01 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

<sup>104</sup> MOTA, 1998, p. 25.

<sup>105</sup> CASTEL, 1995, p. 21.

Foi perguntado se trabalha sozinho ou em equipe, como é organizado o trabalho na instituição e quem define a dinâmica de trabalho.

O profissional 01 respondeu que,

seu trabalho é realizado juntamente com o psicólogo de maneira direta e indiretamente com os demais profissionais. A organização do trabalho é feita pela gestão da Política de Assistência Social do Município, juntamente com a equipe, que, no entanto nem sempre é ouvida. A dinâmica de trabalho já foi realizada de diversas formas e atualmente segue definida pelos técnicos de forma a qualificar e aprimorar os serviços prestados<sup>106</sup>.

O profissional 02 respondeu que “o trabalho é em equipe e organizado em dupla, assistente social/psicólogo. Em um dia da semana ficam no acolhimento (individualmente), dois dias por conta de organizar arquivos e uma vez por semana para visita domiciliar”.

Foi perguntado quais os instrumentos e técnicas de trabalho utilizado pelo assistente social para a realização do seu exercício profissional. O profissional 01 respondeu que “são estudo social, acompanhamento e orientação social, supervisão em Serviço Social, mobilização social, articulação com as demais políticas e práticas educativas”.

O profissional 02 respondeu “entrevista, visita domiciliar, acompanhamento à pessoas em situação de vulnerabilidade social”.

Entendemos que os instrumentos são necessários para qualquer processo de intervenção profissional e são utilizados para facilitar as intervenções no dia a dia do profissional e como afirma Guerra (1995), são necessárias para garantir a eficácia e a deficiência operatória da profissão.

Os instrumentos são de grande importância para a prática profissional, de acordo com os instrumentos que o profissional consegue compreender a realidade existente na instituição, buscando estratégias para uma intervenção efetiva. Através da instrumentalidade e o processo de trabalho que o profissional tem sua finalidade para alcançar as condições e os objetivos de transformações vigentes.

É importante frisar que de acordo com Guerra (2011), estes instrumentais precisam ser precedidos de planejamento e posteriormente transformados em dados de conhecimento sobre a população atendida, revertendo-se em conteúdo de

---

<sup>106</sup> Assistente Social 01 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

projetos, atuando mantendo o foco voltado às finalidades e não apenas para as dificuldades.

GUERRA ressalta ainda que,

“[...] a instrumentalidade possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano<sup>107</sup>.”

Foi perguntado quais os principais determinantes externos que influenciam a realização do trabalho do assistente social dentro do CRAS.

O profissional 01 respondeu que “o trabalho do assistente social no CRAS de Tarumirim é permeado diretamente pelo viés político, visando, em grande parte das vezes a imagem gerada para o período eleitoral e manutenção do poder vigente”.

O profissional 02 respondeu que “é a questão social (vulnerabilidades sociais)”.

De acordo com as informações obtidas percebe-se que os profissionais encontram obstáculos na realização das atividades e insegurança do vínculo empregatício, fragilizando a atuação profissional e na viabilização de direitos dos usuários. A intensificação do trabalho, a instabilidade empregatícia, salários reduzidos e o aumento de pressão para o aumento da produtividade levam aos profissionais inseguranças e baixa motivação nas realizações das atividades.

De acordo com ORTIZ,

“[...] a terceirização e a precarização das relações de trabalho que assolam a todos os trabalhadores em potencial, também atingem os assistentes sociais o que nos reforça a necessidade de nos debruçar sobre os velhos desafios e ter uma maior capacidade de resposta às demandas enfrentadas no cotidiano pelo Serviço Social<sup>108</sup>.”

ANDRADE ainda afirma que,

O desafio profissional é, pois, dentro desse campo contraditório, direcionar sua ação para o atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores e ainda ampliar seu campo de trabalho através de sua competência técnico-

<sup>107</sup> GUERRA, 2002, p.54.

<sup>108</sup> ORTIZ, 2007:21.



operativas, respondendo às novas demandas de forma ética e comprometida com a defesa da dignidade dos trabalhadores<sup>109</sup>.

O Serviço Social é uma profissão que ao longo dos anos vem buscando sua legitimação e tentando superar o histórico assistencialista e caritativo da profissão, resultado de sua forte ligação com a igreja católica e as damas de caridade.

Perguntamos sobre qual o referencial teórico ético e político que norteia suas ações. O profissional 01 respondeu que,

busca pautar suas ações principalmente no Código de Ética profissional que disciplina o exercício do Serviço Social no Brasil. Também usa como referencial a legislação, instruções normativas referentes à Política de Assistência Social, demais legislações que perpassam o seu fazer profissional, bem como as obras e discussões referentes e inerentes à profissão<sup>110</sup>.

O profissional 02 respondeu “Política Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social, Código de Ética da Profissão, NOB –SUAS, NOB – RH”.

Deve-se afirmar que o Serviço Social é pautado pelo seu Código de Ética e pelo Projeto Ético – Político dos profissionais. Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, o compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos sociais. Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, onde não existe exploração, dominação de classe, etnia e gênero. Pode-se afirmar a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio a qualquer expressão de preconceito, contemplando o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

De acordo com NETTO,

[...] os projetos profissionais [inclusive o Projeto Ético-Político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e preconizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas<sup>111</sup>.

<sup>109</sup> ANDRADE, 2000, p. 185.

<sup>110</sup> Assistente Social 01 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

<sup>111</sup> NETTO, 1999, p. 104.

Foi perguntado como ele percebe a autonomia dentro do CRAS e quais os principais limites impostos ao seu profissional.

O profissional 01 respondeu que,

muitas vezes a autonomia é limitada, pois alguns fatores interferem em sua atuação profissional, predominando em alguns momentos o interesse e a manutenção do poder institucional, e também, os limites colocados em seu exercício profissional tem origem cultural, incluindo o coronelismo, visto que muitas vezes os usuários solicitam o serviço usando o nome de pessoas vistas como influentes ou mesmo com indicação destas pessoas. Além do mais, estas práticas coronelistas estão diretamente associadas ao clientelismo e paternalismo. Outro fator deve-se a dificuldade do trabalho em rede<sup>112</sup>.

O profissional 02 respondeu que “as decisões e/ou deliberações dentro das Normas são respeitadas pela gestão e pelos usuários, e existe a falta de recursos logísticos em determinados momentos, principalmente carro para deslocamento”.

Nota-se que pelo fato do município de Tarumirim se apresentar como uma cidade de pequeno porte, com uma população predominantemente rural, em que o desenvolvimento de muitas famílias ainda se apresenta deficitário, já que muitas dessas pessoas não tiveram acesso à educação, ainda se apresenta muito forte a cultura do assistencialismo e da troca de favor, expressas na maneira como as demandas se apresentam no setor de Assistência Social.

IAMAMOTO afirma que,

existe uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho<sup>113</sup>.

A atual realidade traz para os profissionais um grande desafio que se expressa na busca por novas alternativas e estratégias que supere essa cultura tão enraizada na população de enxergar a Assistência Social apenas para solucionar problemas momentâneos. Esta situação ainda se apresenta ainda mais desfavorável

<sup>112</sup> Assistente Social 01 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

<sup>113</sup> IAMAMOTO, 2009, p. 16.

quando os próprios agentes que estão à frente desta política compartilham desta mesma ideologia contraditória aos princípios da profissão.

Diante disso, os profissionais procuram situar sua prática profissional no plano teórico, demonstrando que tais limites não deveriam ser constituídos pois não representam o projeto profissional e o objetivo da prática de assistência social. Como possibilidade é necessário evidenciar a crítica, levando a equipe e principalmente os usuários a refletir sobre as questões colocadas.

A autora ainda apregoa que,

[...] o perfil predominante do Assistente Social historicamente é o de um executor terminal das políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Hoje se exige um trabalhador qualificado na esfera da Execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais e empresariais; um profissional propositivo, com sólida formação ética capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado<sup>114</sup>.

É fato que na atualidade uma das dificuldades encontradas pelos profissionais de Serviço Social é a burocratização do seu trabalho. Diante disso, foi perguntado se no CRAS isso acontece, e de que forma isso rebate no exercício profissional.

O profissional 01 respondeu que,

sim, pois são estabelecidos inúmeros trâmites para a solicitação de serviços e benefícios, bem como o encaminhamento às demais políticas públicas, ou quando solicitamos intervenção do Poder Judiciário e Ministério Público, que como consequência deixa as intervenções mais lentas<sup>115</sup>.

O profissional 02 respondeu que “sim, pois há uma distância muito grande entre um pedido de compra e a chegada efetiva do bem adquirido ao CRAS, como por exemplo, pneus para os automóveis”.

Os assistentes sociais se deparam com uma situação em que na maioria das vezes são impossibilitados de intervir de forma mais ampla frente as demandas apresentadas, condicionando tais intervenções a metodologias de trabalho que não respondem de forma macroscópica aos problemas sociais. Frente ao exposto, os profissionais são obrigados pela atual situação a exercerem práticas residuais e

---

<sup>114</sup> IAMAMOTO, 1999, p. 113.

<sup>115</sup> Assistente Social 01 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

imediatistas como meio de responder de forma mais rápida às demandas apresentadas.

Devido consolidação do capitalismo monopolista, a prática profissional modernizadora, não obteve muito progresso, devido os questionamentos que resumiram-se em apenas aperfeiçoamentos metodológicos segundo lamamoto (1992:82), “sob orientação pragmática e tecnocrata, que a partir de critérios de racionalidade crescente, justifica um processo de superconcentração do poder estatal e de acentuada burocratização”.

Foi perguntado se o assistente social percebe que ainda existem práticas clientelistas no município e na instituição na qual está inserida, quais são e como se dão, e ainda como elas rebatem no seu exercício profissional.

O profissional 01 respondeu que,

sim, pois alguns colegas possuem vínculos precários de trabalho e para manter seu emprego, sujeitam-se à situações que violam a ética profissional, e colocam o profissional a serviço do poder vigente. As práticas de clientelismo político são claramente evidenciadas na concessão de benefícios eventuais, muitas vezes tendo como público – alvo pessoas que não se enquadram nos critérios estabelecidos nas leis e resoluções. Podemos percebê-lo ainda na divulgação dos serviços, programas e projetos e nas formas de prestação de contas. As práticas de clientelismo político rebatem diretamente em seu exercício profissional quando os usuários se recusam a ser atendidos por ele para serem atendidos por outro profissional autor de tais práticas, pois ele atende prontamente as solicitações de benefícios eventuais, muitas vezes sem a realização de avaliação social, passando a imagem do “profissional bonzinho”<sup>116</sup>.

O profissional 02 respondeu que,

ainda há uma prática de um determinado vereador vir ao CRAS acompanhando o usuário ou então marcar perícia para tentar BPC e encaminhar o usuário ao CRAS para solicitar relatório. Tais práticas se dão principalmente para requerer BPC, mas também para benefícios eventuais, e quanto ao rebatimento dessas práticas, nas reuniões técnicas sempre são motivos de indignação por parte dos técnicos e são motivos de reiniciar praticamente todo o processo<sup>117</sup>.

A atual realidade que é posta aos assistentes sociais é o desafio de atenderem demandas cada vez mais variadas e complexas, demandas estas, problematizadas pelo sistema capitalista neoliberal que se agrava cada vez mais nas refrações da questão social. Tendo em vista a realidade, é necessário que os

<sup>116</sup> Assistente Social 01 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

<sup>117</sup> Assistente Social 02 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

profissionais da Política de Assistência Social estejam comprometidos com o Projeto Ético – Político da profissão, para que possam efetivar suas intervenções na perspectiva de que estas possam ser portadoras de instrumentalidade, em uma perspectiva de acesso aos direitos sociais pelos cidadãos.

De acordo com CARVALHO,

qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, [...] o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou qualquer outro tipo de apoio que necessite<sup>118</sup>.

Foi perguntado qual o objetivo da PNAS e como ela alcança/concretiza estes objetivos no CRAS e qual a contribuição do Serviço Social nesse processo.

O profissional 01 respondeu que,

o objetivo é prover serviços, programas, projetos e benefícios a quem necessita da política de assistência social, incluindo este público – alvo e ampliando o acesso a tais bens e serviços, assegurar a centralidade na família de forma a garantir a convivência familiar e comunitária. A consolidação dos objetivos da PNAS no CRAS ainda perpassa por inúmeros desafios, uma vez que os profissionais e equipes existentes não são suficientes para atender a toda à demanda. A situação apresenta o agravante de que o município não conta com nenhum órgão de atendimento à proteção social especial, sendo que estas demandas acabam sendo direcionadas ao CRAS, apesar de não ser da sua competência, mas para que tal demanda não fique sem atendimento, acaba realizando o atendimento de forma precária, resultando em falhas no cumprimento do seu objetivo preventivo relativo aos riscos e vulnerabilidades sociais. Conseqüentemente tal situação aumenta as situações que demandam atendimento especializado. Neste sentido o Serviço Social deve contribuir promovendo a reflexão acerca desta situação especialmente junto à gestão e elaborando e implementando projetos correntes aos objetivos do CRAS e da PNAS<sup>119</sup>.

O profissional 02 respondeu que,

o objetivo da PNAS é unificar as ações em todo território nacional, de forma integrada, considerando as desigualdades sócio – territoriais, garantir os mínimos sociais oferecendo assistência a quem dela necessitar. Essas ações serão alcançadas promovendo serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, garantindo que as ações da Assistência Social tenha centralidade na família. O Serviço Social é a principal ferramenta inscrita na divisão social do trabalho, no processo de reprodução das relações sociais, credenciando o profissional assistente

<sup>118</sup> CARVALHO, 1998, p. 240.

<sup>119</sup> Assistente Social 01 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

social a ser o principal condutor das ações desenvolvidas no CRAS, com a contribuição dos demais profissionais<sup>120</sup>.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 foi resultado de um processo de discussão no âmbito nacional, envolvendo representantes de diversas áreas da sociedade, como: profissionais, usuários, gestores, especialistas, lideranças comunitárias, entre outros. O resultado dessa organização coletiva foi sua aprovação em 2004, na Reunião Descentralizada, Ampliada e Participativa do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)<sup>121</sup>.

Portanto,

“A PNAS/2004, reorganiza projetos, programas, serviços e benefícios de Assistência Social, consolidando no país o Sistema Único de Assistência Social-SUAS com estrutura descentralizada, participativa e articulada com as políticas públicas setoriais. Nesse sentido, demarca as particularidades e especificidades, campo de ação, objetivos, usuários e formas de operacionalização da Assistência Social, como política pública de proteção social”<sup>122</sup>.

A PNAS buscou em sua concepção incorporar as demandas existentes à responsabilidade do Estado e, ainda, buscou detalhar as atribuições e competências dos três níveis de governo, como já preconizava a LOAS, dando ênfase à importância do uso dos sistemas de monitoramento e avaliação e controle social.

---

<sup>120</sup> Assistente Social 02 entrevistado no CRAS de Tarumirim.

<sup>121</sup> Publicada por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2004.

<sup>122</sup> Caderno de orientações técnicas do CREAS, 2011, p. 13.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do objeto de estudo apresentado, fez-se necessário uma discussão sobre um breve histórico do surgimento do serviço social no Brasil, da importância do Projeto Ético – Político para o serviço social e seu significado para prática profissional, contextualizando também a política de assistência social a partir da Constituição Federal de 1988 ao SUAS, sendo que foi realizada uma pesquisa semi-estruturada com os assistentes sociais que atuam no CRAS de Tarumirim, com o objetivo de compreender os entraves e desafios da prática profissional mediante a demanda do equipamento.

O serviço social surgiu no Brasil no período de 1930, atrelado a emergência da questão social, em uma prática conservadora e tradicional. A partir de 1960 há o início do movimento de reconceituação que visa o rompimento com o conservadorismo, buscando uma renovação profissional que tem seu objetivo analisar a teoria e a prática embasadas pelos ideais norte-americanos.

Portanto os primeiros contatos com a tradição marxista trouxeram a teoria da dialética que percorreu em todo processo de reconceituação, discutindo a atuação profissional pautada na moral do indivíduo, onde não eram respeitados seus valores e culturas, buscando uma prática emancipadora e democrática.

Neste sentido o profissional usa os instrumentos necessários para uma ação efetiva, através do projeto ético político, das dimensões ético político, teórico metodológico, técnico operativo e do trabalho coletivo em busca da emancipação do usuário.

Foi possível verificar através do questionário aplicado aos assistentes sociais do CRAS, que os mesmos possuem alguns entraves na realização da prática profissional. São muitos os desafios no cotidiano profissional e existe a necessidade de que o assistente social seja dinâmico, propositivo e executivo, pois “as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho”<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> IAMAMOTO, 2007, p. 21.

Parafrazeando Iamamoto (2007), é fundamental para o Serviço Social na contemporaneidade, decifrar as novas mediações em que se expressa a questão social.

A autora ainda afirma que,

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo<sup>124</sup>.

O profissional deve integrar suas ações de trabalho em uma atuação estratégica e concreta de acordo com os princípios da profissão, tendo uma compreensão da política de assistência e a assistência social afim da efetivação de direitos e emancipação do usuário.

---

<sup>124</sup> IAMAMOTO, 2007, p. 20.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Serviço Social & Sociedade. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

AGUIAR, Geraldo. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. Cortez, São Paulo, 1989.

ANDER EGG, Ezequiel. Del Ajuste a la Transformación: Apuntes para una Historia del Trabajo Social. Buenos Aires. Ecri, 1975.

ANDRADE, Denise Barbosa Milward de. O processo de reestruturação produtiva e as novas demandas organizacionais do Serviço Social. In: CENTRO DE EDUCAÇÃO, ABERTA, CONTINUADA A DISTÂNCIA. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD, 2000, n. 4, p. 173-186.

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. A inscrição da ética e dos Direitos Humanos no projeto ético-político do Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 79. SP: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. O Projeto Ético Político Profissional. In: Encontro CFESS/CRESS, 2010, Belém.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica: NOB/RH/SUAS. Dez. 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, J. M. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1995. 611 p. ISBN 85.326.1954-1.

CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COELHO, Marilene A. Imediaticidade na prática profissional do assistente social. In: Serviço Social: temas, textos e contextos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando conceitos. In: COUTO, et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010. P. 32-65.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel; Orgs. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GONH, Maria da Glória. Conselhos Gestores e participação sociopolítica. ed 1. Cortez: 2001.

GUERRA, YOLANDA. A instrumentalidade no trabalho do assistente social IN: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. Módulo IV: o trabalho do assistente social São Paulo: Cortez 2002.

\_\_\_\_\_. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.91, p.53, especial 2007.

Guia de orientações técnicas do centro de referência especializado de assistência social, 2009.

Holz, h.h. et alii. Conversando com Lukács. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

IAMAMOTO, M.V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na atualidade. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em Questão. Brasília: CFESS, p. 13-50, fev. 2002.

\_\_\_\_\_. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. As dimensões ético - Políticas e Teórico Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2008. 2ª parte, p.161-196.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica. 41.ed, São Pulo: Cortez, 2014.

KONOPKA, Gisela. Serviço Social de grupo: um processo de ajuda. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

Lei Nº. 8742, de 07 de dez. de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social: LOAS. Brasília, 08 de dez. 1993.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas da atividade humana. Ontologia social, formação profissional e política. São Paulo: Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista/Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo/Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 1997.n.1, maio.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K. Manuscritos Econômicos - Filosóficos. 70 ed. Lisboa: 1989. Tradução: Arthur Mourão.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, novembro de 2005.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. (org.) A nova fábrica de consensos. São Paulo: CORTEZ, 1998. 215 p. ISBN 85-249-0691-6.

\_\_\_\_\_. O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J.P. Notas para a discussão da sistematização da prática em Serviço Social. Cadernos ABESS. São Paulo: Cortez, 1989. N. 3.

\_\_\_\_\_. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 01. Brasília: CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_. A Conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 79, 2004.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Núcleo de Apoio à Política de Assistência Social – NUPASS/UFMG. Cadernos de Assistência Social: trabalhador. Projeto CAPTAS: Capacitação dos Trabalhadores da Assistência Social. Belo Horizonte: NUPASS, 2006.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios Contemporâneos para o Serviço Social: algumas considerações. In: Libertas (Vol. 2 – Nº 1). Juiz de Fora/MG: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Dez. 2007.

PASTORINI, A. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2004.  
PEREIRA – PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças Estruturais, Política Social e Papel da Família: crítica ao pluralismo de bem – estar. In: Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos. São Paulo, Cortez, 2006.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

PIRES, Sandra Regina de Abreu. Técnica: uma aproximação histórico-conceitual. Serviço Social em Revista. n. 07. Paraná: Universidade Estadual de Londrina/Departamento de Serviço Social, 2005, s.p. Revista eletrônica.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: a categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, CEAD, 2002b.

RIBAS, Sibebe. O exercício Profissional e os desafios postos ao Serviço Social- 2009 p. 2.

RICHMOND, M. Caso Social Individual. Cap.4, p. 60-83. Buenos Aires: Humanistas, 1962.

SANTANA, R.S. (1999). A trajetória histórica do Serviço social e a construção do seu projeto ético – político. Serviço Social e Realidade, V.8, PP. 73-88.

SILVA, Marcela Mary José. A materialização do Projeto Ético – Político do Serviço Social. Uma curta reflexão sobre o Projeto Ético – Político do Serviço Social brasileiro. Campinas, Papel Social, 2013.

SPOSATI, Aldaíza. Contribuição para a construção do Sistema único de Assistência Social: SUAS. In: Serviço Social e Sociedade, n. 71, São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Joaquim Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético – político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais: Texto da Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de Novembro de 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social. Orientadora: Nobuco Kameyama. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 1999. Tese de Doutorado.

WEBB, John. Pesquisa de Marketing. IN: BAKER, Michael (org). Administração de Marketing. São Paulo: Campus, 2005.

## **SITES PESQUISADOS**

[www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br)

[www.infoescola.com.br](http://www.infoescola.com.br)

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

[www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

## APÊNDICE

### Entrevista com os Assistentes Sociais do CRAS de Tarumirim/MG

#### 1 - Identificação:

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CRAS em que Trabalha: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

#### 2 - Formação Profissional:

Instituição de Ensino em que se formou: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Ano em que se formou: \_\_\_\_\_

Formação Continuada: \_\_\_\_\_

( ) Pós-Graduação

( ) Mestrado

( ) Doutorado

Cursos de capacitação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 2 - Determinações Contratuais:

Tempo de atuação como Assistente Social: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tempo de atuação na área de Assistência Social: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tempo de Atuação no CRAS: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tipo de contrato de trabalho: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

( ) Contratada

( ) Concursada

Carga Horária de Trabalho: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Tem outro vínculo empregatício? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Como é o seu local de trabalho? Garante sigilo?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Quais os recursos materiais e humanos utilizados por você no CRAS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **3 - Demandas, Respostas profissionais e a Organização do Processo de Trabalho.**

- a) De acordo com seu cotidiano de trabalho quais são as principais demandas colocadas pela instituição para os assistentes sociais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- b) Quais as principais demandas trazidas pelos usuários ao Serviço Social na instituição?



- 
- 
- 
- 
- 
- c) Você trabalha sozinho ou em equipe? Como é organizado o trabalho do assistente social na instituição? Quem define a dinâmica de trabalho?

- 
- 
- 
- 
- 
- d) Quais ações você realiza no CRAS? Participa de Conselhos de direitos?

- 
- 
- 
- 
- 
- e) Quais os instrumentos e técnicas de trabalho utilizado por você para a realização do seu exercício profissional?

- 
- 
- 
- 
- 
- f) No CRAS quais são os principais determinantes externos que influenciam a realização de seu trabalho?

- 
- 
- 
- 
- 
- g) Qual o referencial teórico ético e político que norteia suas ações?

---

---

---

---

---

h) Como você percebe sua autonomia dentro do CRAS?

---

---

---

---

---

i) Quais os principais limites impostos ao seu exercício profissional no CRAS?

---

---

---

---

---

j) Diante dos limites impostos quais as possibilidades que você encontra para realizar seu trabalho nesta instituição?

---

---

---

---

---

k) Hoje uma das dificuldades encontradas pelos profissionais de Serviço Social é a questão da burocratização do seu trabalho; no CRAS isso acontece? E de que forma isso rebate no seu exercício profissional?

---

---

---

---

---

l) Você como assistente social percebe que ainda existem práticas clientelistas no município e na instituição na qual está inserida (o)?

---

---

---

---

---

m) Quais são e como se dão?

---

---

---

---

---

n) Como elas rebatem no seu exercício profissional?

---

---

---

---

---

o) Qual o objetivo da PNAS?

---

---

---

---

---

p) Como ela alcança/ concretiza estes objetivos no CRAS? E qual a contribuição do Serviço Social nesse processo?

---

---

---

---

---